

**RELATÓRIO ANUAL 2006**

**COMPETITIVIDADE  
CRESCIMENTO  
SUSTENTABILIDADE**



**Presidente**

Armando de Queiroz Monteiro Neto

**1º Vice-Presidente**

Paulo Antonio Skaf

**Vice-Presidentes**

Robson Braga de Andrade

Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira

Paulo Gilberto Fernandes Tigre

José de Freitas Mascarenhas

Rodrigo Costa da Rocha Loures

Alcantaro Correa

José Nasser

Jorge Parente Frota Júnior

Francisco de Assis Benevides Gadelha

Flavio José Cavalcanti de Azevedo

Antonio José de Moraes Souza

**1º Secretário**

Paulo Afonso Ferreira

**2º Secretário**

José Carlos Lyra de Andrade

**1º Tesoureiro**

Alexandre Herculano Coelho de Souza Furlan

**2º Tesoureiro**

Alfredo Fernandes

**Diretores**

Lucas Izoton Vieira

Fernando de Souza Flexa Ribeiro

Jorge Lins Freire

Jorge Machado Mendes

Jorge Wicks Côte Real

Eduardo Prado De Oliveira

Eduardo Machado Silva

João Francisco Salomão

Antonio Rocha Da Silva

José Conrado Azevedo Santos

Euzebio André Guareschi

Rivaldo Fernandes Neves

Francisco Renan Oronoz Proença

José Fernando Xavier Faraco

Olavo Machado Júnior

Carlos Antonio De Borges Garcia

Manuel Cesario Filho

**Conselho Fiscal**

Titulares

Sergio Rogerio De Castro

Julio Augusto Miranda Filho

João Oliveira De Albuquerque

**Suplentes**

Carlos Salustiano De Sousa Coelho

Telma Lucia De Azevedo Gurgel

Charles Alberto Elias



# Relatório Anual

2 0 0 6

© 2007. CNI – Confederação Nacional da Indústria.

Qualquer parte desta obra poderá ser reproduzida, desde que citada a fonte.

#### Ficha Catalográfica

S491c

Confederação Nacional da Indústria. CNI

Relatório anual 2006. – Brasília : CNI, 2007.

61 p.:il.

1. Relatório 2. Política industrial 3. Sociedades Industriais I.Título.

CDU: 338.45.01

#### CNI - Serviço de Atendimento ao Cliente - SAC

##### Confederação Nacional da Indústria

Setor Bancário Norte

sac@cni.org.br

Quadra 1 – Bloco C

Edifício Roberto Simonsen

70040-903 – Brasília – DF

Tel.: (61) 3317- 9001

Fax: (61) 3317- 9994

<http://www.cni.org.br>

# Sumário

<b>PALAVRA DO PRESIDENTE</b>	<b>6</b>
<b>1 ELEIÇÃO DA DIRETORIA</b>	<b>8</b>
<b>2 A ECONOMIA BRASILEIRA EM 2006</b>	<b>11</b>
2.1 Frustração com o crescimento	11
<b>3 MAPA ESTRATÉGICO DA INDÚSTRIA 2007-2015</b>	<b>14</b>
3.1 Visão a longo prazo para o país	14
<b>4 CRESCIMENTO. A VISÃO DA INDÚSTRIA</b>	<b>19</b>
4.1 Dez prioridades para o novo governo	19
<b>5 AÇÃO DOS CONSELHOS TEMÁTICOS</b>	<b>23</b>
5.1 Novo Conselho reafirma importância da educação	23
5.2 Política Econômica	23
5.3 Infra-Estrutura	29
5.4 Integração Internacional	32
5.5 Assuntos Legislativos	37
5.6 Micro e pequena empresa	41
5.7 Meio ambiente	44
5.8 Relações do Trabalho e Desenvolvimento Associativo	50
5.9 Responsabilidade social	52
5.10 Integração Nacional	54
5.11 Política Industrial e Desenvolvimento Tecnológico	54
<b>6 ESTRATÉGIA PARA OS PRÓXIMOS QUATRO ANOS</b>	<b>57</b>

# PALAVRA DO PRESIDENTE

Uma agenda para o Brasil



*A CNI continuará participando e oferecendo contribuições para que o Brasil encontre o caminho do desenvolvimento sustentado.*

O fraco desempenho da economia em 2006 confirma que, apesar dos avanços registrados nas últimas décadas, o Brasil precisa implementar um amplo conjunto de reformas para romper o ciclo de baixo crescimento. Essas mudanças dependem da mobilização da sociedade e da determinação política do governo e do Legislativo.

Com o objetivo de dar uma contribuição ao processo de desenvolvimento do país, a CNI construiu, em 2006, uma agenda para o novo governo. Definida com base no acompanhamento do Mapa Estratégico da Indústria 2007-2015 e a partir da contribuição dos empresários, a agenda foi consolidada no documento *Crescimento. A Visão da Indústria*. O trabalho indica ações em dez áreas prioritárias capazes de conduzir o país ao caminho do desenvolvimento sustentado.

Apresentado à sociedade em agosto de 2006, o documento reforça os diagnósticos e as sugestões a longo prazo do Mapa Estratégico da Indústria. Também reafirma as premissas das agendas pró-crescimento, da inovação e da infra-estrutura, que apontam

oportunidades de mudanças a curto prazo, principalmente para incentivar os investimentos.

A Agenda será o principal instrumento de diálogo da indústria com o governo, os parlamentares e a sociedade nos próximos quatro anos. Nela, o setor produtivo destaca que a prioridade número um do país é a questão fiscal. O controle do gasto público depende de uma maior eficiência do Estado e de profundas mudanças no sistema tributário e previdenciário.

A expectativa da indústria é que o país enfrente as reformas institucionais indispensáveis à criação de uma economia de alto desempenho. A CNI continuará participando e oferecendo contribuições para que o Brasil encontre o caminho do desenvolvimento sustentado.

Armando de Queiroz Monteiro Neto  
**Presidente da CNI**

# 1 Eleição da Diretoria

*Presidente Lula, ministros, governadores, parlamentares e empresários participam da posse da diretoria 2006-2010*

A eleição da Diretoria e do Conselho Fiscal da CNI para o quadriênio 2006-2010 fortaleceu o processo de aproximação da instituição de suas bases. A chapa única que reconduziu o empresário Armando Monteiro Neto à presidência foi eleita no dia 25 de julho de 2006, com 26 dos 27 votos do Conselho de Representantes, formado por delegados eleitos nas federações de indústrias dos estados e do Distrito Federal.

A diretoria eleita assumiu em 16 de outubro com o desafio de incentivar o diálogo, buscar alianças e ampliar o capital político para garantir a participação e a influência da indústria nas grandes questões nacionais.

A posse solene dos dirigentes, realizada em 28 de novembro de 2006, teve a presença do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, do Vice-Presidente, José Alencar, 12 ministros de estado, os presidentes da Câmara dos deputados, Aldo Rebelo (PCdoB-SP), e do Senado, Renan Calheiros (PMDB-



AL), a Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministra Ellen Gracie, além de governadores, parlamentares, embaixadores e empresários.

Em seu discurso de posse, o presidente reeleito da CNI destacou que a indústria tem um papel importante no processo de mudanças que conduzirão o país ao desenvolvimento sustentado. "O nosso papel tem dupla dimensão: capacitar as nossas empresas, lutar pela produtividade, inová-las, integrá-las ao processo de globalização e,

ao mesmo tempo, participar ativamente na construção do país", disse Monteiro Neto.

Ele lembrou que o Brasil precisa fazer com urgência as reformas institucionais necessárias para promover o crescimento econômico. "O tempo político não é igual ao tempo econômico. Os nossos competidores não esperam por nossas reformas. Se não formos competitivos, sucumbiremos."

*O desafio da CNI é incentivar o diálogo e buscar alianças para ampliar a participação da indústria no debate das grandes questões*

## AS PROPOSTAS PARA O QUADRIÊNIO

Prioridades da direção CNI para o período 2006-2010

Área	Objetivos
Articulação empresarial	<ul style="list-style-type: none"><li>• Ampliar os mecanismos de articulação entre as empresas e os setores industriais.</li><li>• Apoiar a consolidação, a modernização e a atuação integrada da base sindical da indústria.</li><li>• Aperfeiçoar os mecanismos de consulta empresarial.</li><li>• Usar o Mapa Estratégico da Indústria como instrumento de articulação do diálogo no setor produtivo.</li></ul>
Articulação política	<ul style="list-style-type: none"><li>• Criar um sistema de diálogo, articulação e pressão permanentes junto aos Poderes Legislativo e Executivo para que o país avance nas reformas estruturais.</li></ul>
Transformação interna e resultados	<ul style="list-style-type: none"><li>• Manter o programa de transformação, seguindo as diretrizes do Planejamento Estratégico.</li><li>• Consolidar os Mapas Estratégicos do Sistema Indústria e da Indústria como referência para os planos de ação em atividades internas de gestão e nas atividades fim.</li><li>• Atuar de forma crescente na busca de soluções e resultados.</li></ul>

*O elevado nível e a má qualidade do gasto público são os principais obstáculos ao desenvolvimento sustentado*



## 2 A economia brasileira em 2006

### 2.1 Frustração com o crescimento

A economia brasileira decepcionou em 2006: o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro ficou em 2,9%, bem aquém do esperado, e cresceu bem menos do que a economia mundial. Em 2006, o PIB mundial aumentou 5%, a maior taxa de expansão dos últimos anos. A diferença entre as taxas de crescimento manteve-se quase tão expressiva quanto em 2005, quando crescemos 2,3% contra 4,9% da economia mundial.

É grande, portanto, a frustração com o ritmo de crescimento. O Brasil não tem aproveitado as condições excepcionais da economia mundial, proporcionadas pela integração dos mercados e a globalização da produção.

A indústria liderou o crescimento durante o ano, mas a expansão foi bastante desigual entre os diversos segmentos industriais. O crescimento médio de 3% do PIB industrial encobriu um desempenho ainda menos favorável da indústria de transformação. O

segmento extrativo mineral e o da construção civil, em virtude das condições mais favoráveis em seus mercados, se destacaram no cenário de reduzida expansão da indústria.

Além de moderado, o crescimento da indústria foi muito concentrado. Da expansão de 2,8% da produção física da indústria, apenas quatro setores – extrativo mineral, máquinas para escritório e equipamentos de Informática, alimentos e bebidas – explicaram mais da metade do crescimento. A maioria dos setores revela um reduzido aumento de produção e um grupo deles – com destaque para o de vestuário, calçados e de madeira – registrou recuo. Portanto, excetuando-se o comportamento favorável de poucos setores, o crescimento médio da indústria foi extremamente reduzido em 2006.

Prejudicado pela forte valorização cambial, o faturamento da indústria cresceu pouco – apenas 1,7% em relação a 2005. Ainda assim, o emprego industrial expandiu-se em 2006. Mesmo sendo menor do que no ano anterior, o

aumento de 2,2% é o quarto consecutivo, o que mostra a continuidade da dinâmica favorável no mercado de trabalho industrial, contrariamente ao que predominou na década passada.

**CÂMBIO DESFAVORÁVEL** - A demanda doméstica foi o principal sustentáculo da expansão do PIB em 2006. O consumo das famílias – principal componente da despesa agregada – cresceu 3,8% no ano e contribuiu com cerca de dois pontos percentuais para o crescimento do PIB. Essa evolução favorável se deve à manutenção da renda real das famílias, com a expansão do emprego e da inflação reduzida, e as transferências de renda com a ampliação dos benefícios sociais e o aumento real do salário mínimo.

O ritmo do investimento também foi menor do que o esperado, embora a formação bruta de capital fixo tenha aumentado em 6,3%. O ritmo de crescimento menor do que o esperado e a existência de capacidade instalada suficiente para atender à demanda explicam a modesta expansão do investimento em 2006.



O ano também se caracterizou pela contribuição líquida negativa da demanda externa para o crescimento. Essa contribuição, que alcançou mais de um ponto percentual negativo em 2006, contrasta com a contribuição positiva dos últimos cinco anos. Assim, se o Brasil tivesse mantido o resultado médio do setor externo dos últimos anos, o crescimento do PIB teria superado 4% em 2006.

O câmbio valorizado é a principal causa para a evolução negativa da demanda externa. As exportações se mantiveram elevadas apenas em razão dos preços favoráveis de alguns produtos, em especial commodities, devido a uma forte demanda mundial. Diversos produtos manufaturados, todavia, já mostraram queda nas quantidades exportadas em função da perda de lucratividade. Além disso, o câmbio valorizado também promove competição desfavorável com produtos importados no mercado brasileiro.

**INFLAÇÃO CONTROLADA** - Um outro aspecto a destacar é a trajetória de inflação. O IPCA – balizador da meta

de inflação – ficou em 3,1%, taxa bem inferior à meta de 4,5%. Esse comportamento, sem dúvida favorável, assegura maior previsibilidade aos agentes, mas também reflete os efeitos da política monetária restritiva que dominou o ano.

A taxa Selic acabou 2006 em 13,25%, com queda de seis pontos percentuais ao longo do ano. É o menor nível do período pós-estabilização, mas ainda constitui-se em uma taxa de juros elevada sob qualquer critério de comparação – da ordem de 9% em termos reais. Mais grave, a agenda de redução dos spreads bancários pouco avançou em 2006. As taxas de juros ativas – dos empréstimos às empresas e famílias – permanecem extremamente elevadas, contribuindo para manter a economia em crescimento apenas moderado, gerando dificuldades ao cotidiano das empresas.

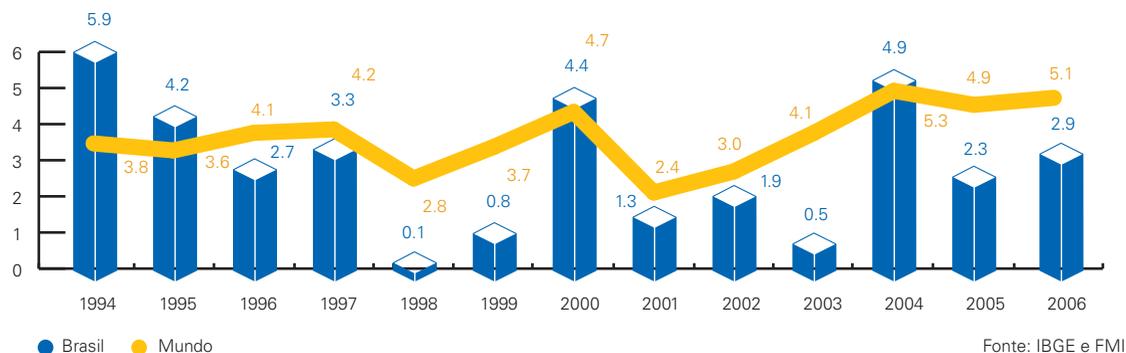
**GASTO PÚBLICO ELEVADO** - A questão fiscal permaneceu como sendo o maior motivo de preocupação. Ainda que a meta de superávit primário – de 4,25% do PIB – tenha sido alcançada, o forte aumento

do gasto público continuou a pressionar as contas públicas. Mesmo com a queda do juro, o gasto elevado impediu maior redução do déficit nominal – o melhor indicador de equilíbrio fiscal. O fato é que o impacto da queda dos juros sobre a despesa com o serviço da dívida – ainda em torno de 8% do PIB no ano – se dá de maneira lenta e frustra as expectativas de aceleração da economia.

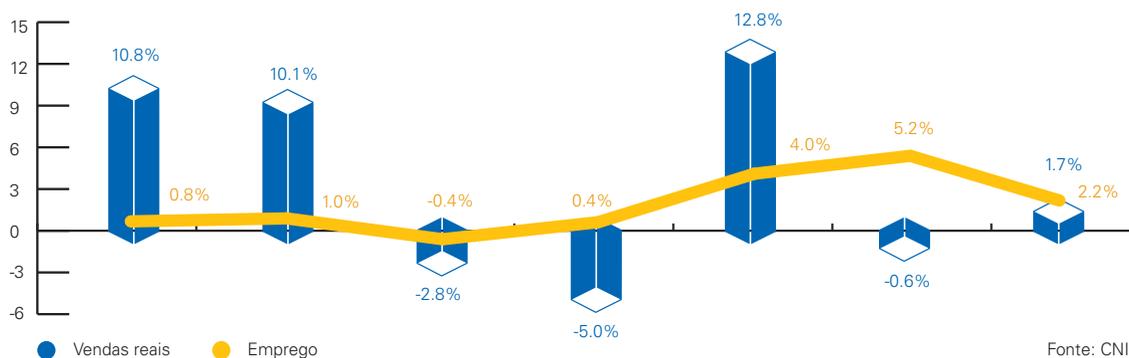
A evolução da economia em 2006 torna cada vez mais claro que o principal fator a limitar o crescimento é o elevado nível e a má qualidade do gasto público. O aumento dos gastos correntes pressiona por maior tributação, reduz a capacidade de investimento do setor público e diminui a produtividade da economia. A tributação excessiva reduz a capacidade de investimento do setor privado e prejudica nossa competitividade.

O resultado é que a atual taxa de investimento (pouco mais de 20% em relação ao PIB em 2006) é muito baixa e insuficiente para gerar um forte ritmo de crescimento da economia.

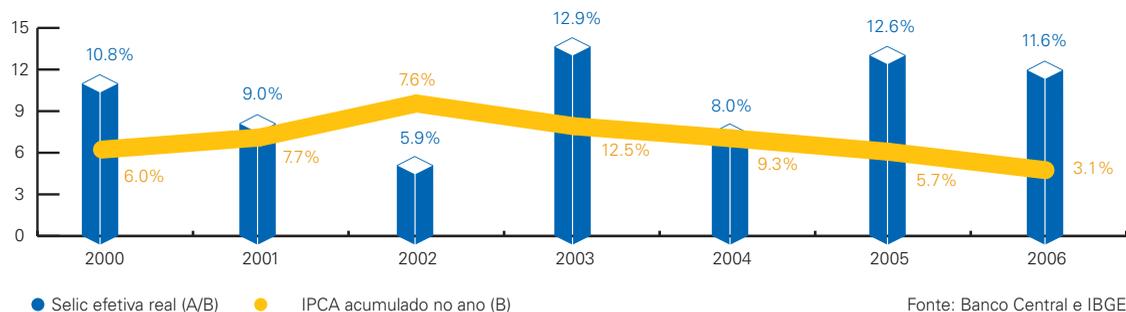
**Gráfico 1 - Crescimento PIB Brasil vs Economia mundial (1994-2006\*) (\* estimativa) (Ecobras) Variação (%) anual**



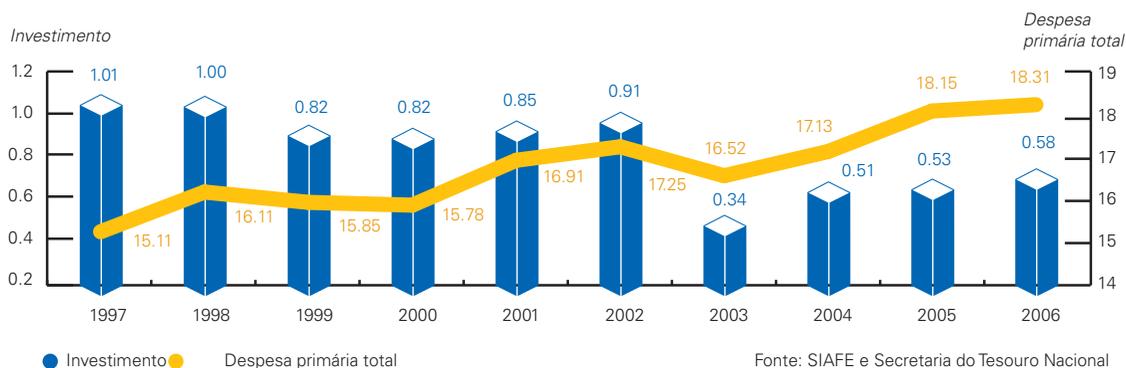
**Gráfico 2 - Indicadores Industriais: vendas reais e emprego (2000-2006) - Variação (%) anual**



**Gráfico 3 - Taxa de juros Selic real e inflação (IPCA) (anual 200 - 2006) - Variação (%) anual**



**Gráfico 4 - Despesas do governo federal - gastos correntes vs investimento % PIB (Ecobras)**



## 3 Mapa Estratégico da Indústria 2007-2015

### 3.1 Visão a longo prazo para o país

*Acompanhamento dos indicadores mostra que o Brasil ainda está distante das metas traçadas em setores decisivos para impulsionar o crescimento*

A CNI consolidou em 2006 a implantação do sistema de gestão do Mapa Estratégico da Indústria 2007-2015. A partir do acompanhamento do Mapa, identificou-se que o principal desafio a ser enfrentado pelo Brasil é o baixo crescimento. A remoção dos obstáculos ao desenvolvimento depende de ações em dez áreas prioritárias. Essas prioridades, consolidadas no documento Crescimento. A Visão da Indústria orientará a agenda da indústria e o diálogo do setor produtivo com o novo governo e o Congresso Nacional.

A evolução dos indicadores mostra que o país obteve alguns avanços na área social, mas ainda está distante das metas traçadas em variáveis decisivas para impulsionar o crescimento da economia. É o caso, por exemplo, da carga tributária. Em 2006, o peso dos impostos atingiu 38% do Produto

Interno Bruto (PIB). Isso indica que a carga tributária está muito além da meta de 33% do PIB fixada pelo Mapa Estratégico da Indústria para 2007 e mais distante ainda do alvo de 30% do PIB estabelecido para 2010. Na verdade, a carga tributária, seguiu uma trajetória ascendente nos últimos anos e passou de 34,9% do PIB em 2003 para 38% do PIB em 2006.

Outro indicador que está longe do objetivo é o das exportações. De janeiro a setembro de 2006, as vendas externas do país representaram 16,4% do PIB.

O indicador está aquém da meta de 22% do PIB prevista no Mapa Estratégico da Indústria para 2007 e mais distante ainda dos 25% do PIB estabelecidos para 2010. Na mesma situação estão os indicadores de produtividade da indústria, de juros e spreads bancários e infra-estrutura. O resultado dessa equação é o baixo ritmo de crescimento da economia brasileira. Na última década, a taxa média anual de expansão do PIB foi de 2,2%, muito aquém dos 5,5% ao ano, vistos como ideais pela indústria.

Por isso, a indústria elegeu como prioridade os programas nas áreas de redução do gasto público, tributação, infra-estrutura, financiamento, relações do trabalho, desburocratização, inovação, educação, política comercial de acesso a mercados e meio ambiente. Os 28 programas dessas áreas que estão em andamento ou serão implementados ainda a partir de 2007 apontam as soluções e as ações da indústria capazes de remover os principais obstáculos ao desenvolvimento econômico.

O Mapa Estratégico da Indústria 2007-2015, produzido pelo Fórum Nacional da Indústria, órgão consultivo da CNI, aponta objetivos, metas e programas capazes de promover o crescimento sustentado do Brasil. O documento, que orienta as ações do setor produtivo, começou a ser desenhado em 2004 e mobilizou cerca de 300 representantes de 60 entidades empresariais.

Em 41 reuniões, eles definiram os desafios a serem enfrentados até 2015 para que o Brasil se transforme em uma economia competitiva, inovadora e seja a base de uma das principais

plataformas industriais do mundo. Apresentado à sociedade em abril de 2005, o Mapa foi construído com base no modelo de gestão Balanced Scorecard, desenvolvido na Harvard University, dos Estados Unidos, que ajuda as organizações a traduzirem a estratégia em objetivos.

## União de esforços

A agenda para a superação dos obstáculos que impedem o crescimento mais acelerado da economia é complexa e depende do apoio de toda a sociedade. Por isso, a CNI criou a Rede de Participação, um sistema de cooperação e trabalho articulado entre as organizações empresariais que investem em iniciativas sintonizadas com os objetivos do Mapa Estratégico da Indústria 2007-2015.

Ao participar da Rede, as organizações recebem o Selo de Conformidade com o Mapa Estratégico da Indústria, um certificado que garante o apoio institucional da CNI. O selo será conferido a projetos estruturantes, com impacto direto nas metas do Mapa, que envolvam mais de um setor industrial ou tenham alcance nacional. Também podem receber o Selo projetos cujos impactos são localizados ou indiretos.

As organizações certificadas também recebem informações sobre programas do Mapa e podem participar de seminários para troca de informações com outros integrantes da Rede. A articulação de vários atores em busca dos mesmos objetivos aumenta a eficiência e a visibilidade das ações, produzindo melhores efeitos para a produção e o país.

**Visão**

**Resultados para o País**

**Partes Interessadas**

- **Sociedade**
- **Trabalhadores**
- **Empresários**
- **Governo**

Crescimento Econômico

Mais Emprego e Renda

Elevada Qualidade

**Mercado**

**Posicionamento**

Produtos e Serviços de Maior Valor Agregado

Produtos Competitivos e de Qualidade

Reconhecimento de Marcas e Produtos Brasileiros

**Processos e Atividades**

**Expansão da Base Industrial**

Fomentar o Desenvolvimento da Micro, Pequena e Média Indústria

Estimular e Fortalecer Cadeias Produtivas e APLs

Promover a Industrialização Competitiva das Regiões Menos Desenvolvidas

**Inserção Internacional**

Desenvolver a Cultura Exportadora das PMEs e a Capacitação das Empresas para Exportação

Melhorar a Articulação Governo-Setor Privado para Maior Eficiência nas Negociações Comerciais Internacionais

Desenvolver a Imagem e a Marca dos Produtos Brasileiros no Exterior

**Bases do Desenvolvimento**

**Infra-estrutura**

Garantir Eficiência Logística que Sustente o Crescimento da Indústria Brasileira

Garantir Disponibilidade de Energia a Preços Competitivos

Garantir a Continuidade do Desenvolvimento da Infra-estrutura de Telecomunicações

Assegurar Disponibilidade de Infra-estrutura de Saneamento Básico

**Liderança Empresarial**

Consolidar uma Visão Estratégica da Indústria e Aperfeiçoar o Sistema de Representação Empresarial

Participar Ativamente na Formulação de Políticas Públicas

**Ambientes Institucional e Regulatório**

Promover a Defesa da Concorrência e da Propriedade Intelectual

Promover a Redução e Desburocratização do Estado, Garantindo a sua Transparência e Eficiência na Utilização de Recursos Públicos

Garantir a Segurança Jurídica e a Eficiência do Judiciário

Fomentar o Permanente Aperfeiçoamento do Sistema Político

Garantir a Segurança Pública

## TO SUSTENTÁVEL

ção da  
le de Vida

Diminuição das  
Desigualdades  
Regionais e Sociais

Expansão dos  
Negócios com  
Geração de Valor

Produtos e Serviços  
Inovadores

Acelerar o Crescimento do  
Produto Industrial

Aumentar a Participação do  
Brasil no Comércio Global

### Gestão Empresarial e Produtividade

Aumentar a  
Produtividade  
e a Qualidade  
na Indústria

### Inovação

Estimular a Atividade  
de Inovação nas  
Empresas

Desenvolver  
Infra-estrutura  
Tecnológica

Fomentar Centros Tecnológicos  
e Mecanismos de Acesso  
ao Conhecimento

### Responsabilidade Social e Ambiental

Promover a Gestão  
Ambiental na Indústria

Desenvolver Cultura  
de Responsabilidade Social  
na Indústria

### Disponibilidade de Recursos

Desenvolver um Novo  
Padrão de Financiamento  
para o Setor Produtivo  
a Custos Internacionalmente  
Competitivos

Fomentar o Mercado  
de Capitais

Estimular a Atração  
e Retenção do Capital  
Humano

Promover o Uso Racional  
dos Recursos Naturais

Reduzir a Carga,  
Simplificando e  
Aperfeiçoando o  
Sistema Tributário

Adequar a Legislação  
Trabalhista  
às Exigências da  
Competitividade

Garantir Marcos  
Regulatórios Estáveis e  
Sistemas Regulatórios  
bem Definidos

Adequar a Legislação  
e Competências das  
Instituições de Regulação  
do Meio Ambiente

### Educação e Saúde

Garantir a Qualidade  
da Educação Básica

Garantir uma Educação  
Superior de Qualidade e  
Adequada às Necessidades  
da Economia do  
Conhecimento e do  
Sistema Produtivo

Fortalecer a  
Educação Profissional e  
Tecnológica

Promover a  
Inclusão Digital

Promover a Cultura  
Empreendedora e  
Difundir Valores de Livre  
Iniciativa e Ética  
Empresarial

Garantir o Acesso  
a um Sistema de  
Saúde de Qualidade

*O crescimento da economia e a melhoria de vida da população exigem um conjunto amplo de iniciativas e reformas interconectadas.*



## 4 Crescimento. A Visão da Indústria

### 4.1 Dez prioridades para o novo governo

*O documento é uma contribuição da CNI para conduzir o país ao caminho do desenvolvimento sustentado.*

Em meio ao clima de esperança e renovação proporcionado pelas eleições presidenciais de 2006, a CNI apresentou à sociedade a agenda da indústria para o país.

As dez prioridades apresentadas no documento Crescimento. A Visão da Indústria, derivadas do Mapa Estratégico da Indústria, foram debatidas e consolidadas no 1º Encontro Nacional da Indústria, que reuniu 1.200 representantes de sindicatos empresariais e federações de indústrias, em 28 e 29 de junho de 2006, em Brasília. Ao longo dos dois dias, eles discutiram sugestões nas áreas de redução dos gastos públicos, tributação, infra-estrutura, financiamento, relações do trabalho, desburocratização, inovação, educação, política comercial de acesso a mercados e meio ambiente.

Os empresários reafirmaram que o principal desafio do país é o crescimento sustentado e que a superação dos obstáculos ao desenvolvimento e à melhoria de vida da população exige um conjunto amplo de iniciativas e reformas interconectadas. Destacaram ainda que essas iniciativas não dependam apenas do governo, mas do Poder Legislativo e da sociedade.

Apresentado aos candidatos à Presidência da República antes das eleições, o documento Crescimento. A Visão da Indústria reforça a disposição da CNI de contribuir para a construção de uma agenda que promova o desenvolvimento sustentado do país.

---

## AS DEZ PRIORIDADES

As prioridades identificadas no documento Crescimento. A Visão da Indústria foram selecionadas com base no acompanhamento dos indicadores do Mapa Estratégico da Indústria 2007-2015.

**Gastos públicos:** A redução dos gastos públicos e o aumento da eficiência do Estado diminuirão a necessidade de financiamento do governo. Isso permitirá a queda dos juros e estimulará o aumento dos investimentos privados. Além disso, a diminuição dos gastos com pagamento de juros ampliará a capacidade do governo para investir em infra-estrutura. Para que isso ocorra, é preciso, entre outras medidas, diminuir os gastos correntes, modernizar a gestão pública e reformar a Previdência Social.

**Tributação:** A carga tributária no Brasil aumentou de 26% do PIB ao ano em 1993 para 37% do PIB em 2003. A eliminação das distorções do sistema tributário, que taxa exportações, investimentos e poupança, reduzirá a carga tributária e aumentará a competitividade brasileira. Por isso, o país precisa promover uma reforma no sistema de cobrança de impostos, que crie um tributo único sobre bens e serviços – o Imposto de Valor Agregado – com legislação nacional. A agenda da indústria nessa área também sugere a desoneração dos investimentos, a redução da cunha fiscal sobre as operações financeiras e a simplificação dos procedimentos de recolhimento dos impostos, entre outras medidas.

**Infra-Estrutura:** A modernização e a ampliação dos sistemas de transporte, energia, telecomunicações e saneamento básico aumentarão a competitividade e a capacidade do país de atrair investimentos. Como o setor público não dispõe de recursos para fazer frente às demandas de infra-estrutura, é preciso criar marcos regulatórios capazes de estimular os investimentos privados. Também é necessário reestruturar a organização federal do setor de transportes, dar continuidade ao programa de outorgas de portos e rodovias, aumentar a oferta de transporte marítimo, investir nas hidrovias, facilitar o processo de licenciamento ambiental e aprovar uma lei específica para o setor de gás natural.

**Financiamento:** A melhoria das condições de crédito, com oferta de recursos a custos adequados, estimulará os investimentos na produção. O país deve desenvolver uma política econômica que conduza à queda dos juros e ao aumento da oferta de financiamentos. Também é preciso estimular a competição entre os bancos, reduzir os tributos que incidem sobre as operações financeiras e estimular o acesso das empresas ao mercado de capitais.

---

Relações de trabalho: O rigor da regulação do trabalho no Brasil não cumpre o objetivo de proteger o trabalhador nem cria condições para o aumento da oferta de empregos formais. Por isso, é preciso modernizar a legislação trabalhista. A reforma deve incentivar a negociação entre as partes, reduzir os custos do trabalho e instituir o Simples Trabalhista, que desonere e simplifique a contratação nas micro e pequenas empresas.

Desburocratização: O excesso de burocracia aumenta os custos de produção e desestimula a abertura de empresas e os investimentos. É preciso retomar o Programa Nacional de Desburocratização e simplificar processos como o licenciamento ambiental, os contratos de trabalho e as operações de comércio exterior.

Inovação: A inovação reduz os custos de produção, amplia a oferta de produtos e serviços e aumenta a competitividade das empresas. É preciso regulamentar os incentivos fiscais previstos na legislação vigente. Também é necessário aperfeiçoar os marcos regulatórios favoráveis à inovação nas áreas de biotecnologia, nanotecnologia e energias alternativas, e ampliar o acesso ao crédito e subvenções para compensar os riscos das atividades de pesquisa e desenvolvimento.

Educação: O crescimento sustentado exige pessoas qualificadas e capazes de desenvolver soluções e idéias. Por isso, a educação é a base do desenvolvimento. Para elevar o nível educacional da força de trabalho, são necessárias medidas como a ampliação dos investimentos em educação, a capacitação e a valorização dos professores, o fortalecimento do ensino profissional, o estímulo ao ensino técnico e a interação entre universidades e empresas.

Política comercial e acesso a mercados: A expansão das exportações estimula as empresas a aumentar e qualificar a produção e o crescimento das importações ajuda o país a obter novas tecnologias. Para ampliar o comércio internacional, é preciso modernizar a legislação aduaneira e remodelar a infra-estrutura dos portos. É indispensável a ampliação dos mecanismos de crédito às exportações, a revisão da legislação cambial e a definição de estratégias de acesso a mercados para produtos brasileiros, entre outras medidas.

Meio ambiente: O marco regulatório do meio ambiente e a ação dos órgãos públicos desestimulam os investimentos. O governo deve definir regras claras para o setor, incentivar boas práticas industriais na utilização dos recursos naturais e simplificar os procedimentos de obtenção de licenças ambientais, entre outras providências.

*A indústria defende investimentos na melhoria da educação, a universalização do Ensino Fundamental, incentivos à educação profissionalizante, estímulos à pesquisa científica e a interação universidade-empresa.*



## 5 Ação dos Conselhos Temáticos

### 5.1 Novo Conselho reafirma importância da educação

A estrutura de apoio técnico da CNI foi reforçada com a criação, em maio de 2006, do Conselho Temático Permanente de Educação. O Conselho, que será instalado em 2007, promoverá o debate e formulará sugestões para melhorar a qualidade e o alcance da educação em todos os níveis.

O Conselho de Educação integrará, com os dez já existentes, o colegiado de líderes industriais que desenvolve estudos, debate idéias e formula propostas para orientar as ações da diretoria da CNI na defesa dos interesses do setor produtivo.

A indústria brasileira considera que a educação é um dos pilares do crescimento econômico. O domínio das novas tecnologias, a inovação dos produtos e processos e a criatividade, ingredientes fundamentais para a expansão das empresas, dependem da capacidade de aprendizado e da escolaridade dos trabalhadores. Por isso, a CNI defende investimentos na melhoria da qualidade

da educação, a universalização do Ensino Fundamental, incentivos à educação profissionalizante, estímulos à pesquisa científica e o estreitamento da interação universidade-empresa.

Além da criação do Conselho, a CNI aderiu ao Compromisso Todos pela Educação. Lançado em 6 de setembro de 2006, em São Paulo, por representantes da iniciativa privada, educadores, economistas, comunicadores e gestores públicos, o movimento nacional discute alternativas para garantir o acesso da população, principalmente de crianças e jovens, à educação pública de qualidade.

O movimento estabeleceu cinco metas para serem cumpridas até setembro de 2022. A proposta é que até lá o país garanta os investimentos necessários para a educação básica. Que todos os brasileiros 4 a 17 anos estejam na escola e todas as crianças de 8 anos saibam ler e escrever. Que todos os alunos aprendam os conteúdos apropriados à sua série e concluam o Ensino Fundamental e Médio.

A CNI também defendeu a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento

da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação (FUNDEB). O novo fundo amplia o alcance do extinto FUNDEF, ao distribuir as verbas de impostos estaduais, municipais e federais para o Ensino Fundamental e o Médio, beneficiando todos os níveis da educação básica.

### 5.2 Política Econômica

A CNI reforçou, em 2006, o alerta sobre a importância da redução dos gastos públicos. A posição do setor produtivo foi consolidada nos documentos Crescimento. A Visão da Indústria e O Dilema Fiscal. Emendar ou Reformar. A indústria avalia que o crescimento das despesas correntes do governo é responsável por sucessivos aumentos da carga tributária, pela manutenção dos juros altos e pelo baixo nível de investimento e de expansão da economia brasileira. O debate sobre a política fiscal, que concentrou as atenções do Conselho Temático de Política Econômica da CNI, contou com a participação de empresários, políticos e candidatos à Presidência da República e aos governos estaduais.

# Menos Mais Impostos Brasil



**AÇÃO NACIONAL POR UM SISTEMA  
TRIBUTÁRIO PRÓ-CRESCIMENTO.**

A indústria também identificou a necessidade de o país desonerar as exportações e os investimentos. Pediu solução para o problema dos ressarcimentos dos créditos do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) referentes às vendas externas e defendeu a manutenção do dispositivo constitucional que garante a isenção do tributo sobre as exportações.

Na questão da desoneração dos investimentos, a CNI sugeriu a redução do prazo de 24 meses para utilização dos créditos do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) sobre a compra de bens de capital. Também propôs a redução do prazo de 48 meses para compensação do ICMS incidente sobre máquinas e equipamentos.

Em 2006, o país avançou no processo de alongamento dos prazos de recolhimento dos tributos. A sugestão da indústria de ampliar o prazo de recolhimento do PIS e da COFINS para 45 dias foi contemplada no Programa de Aceleração do Crescimento.

A CNI também pretende sugerir ao Conselho de Política Fazendária (CONFAZ) um prazo de 45 dias para o pagamento do ICMS nos estados. A ampliação do prazo para pagamento de impostos e contribuições, identificada na Sondagem Especial feita pela CNI com 451 empresas entre 21 de setembro e 2 de outubro de 2006, visa a melhorar o fluxo de caixa das empresas.

Apesar dos avanços nessa direção, a indústria entende que o aumento da competitividade das empresas, o estímulo aos investimentos e às exportações dependem de mudanças profundas no sistema de cobrança de impostos. A reforma tributária pró-crescimento precisa estimular a competitividade e a eficiência da produção. Isso passa pela instituição de um único imposto sobre bens e serviços – o Imposto sobre Valor Agregado (IVA) – com legislação nacional e criação de um sistema unificado de tributos sobre a renda. A reforma deve simplificar a carga tributária incidente sobre a propriedade de bens industriais e unificar as contribuições sociais. Também precisa respeitar os

direitos dos contribuintes e estabelecer condições para a harmonia tributária entre União, estados e municípios.

Na questão da desoneração dos investimentos, a CNI espera uma resposta do governo para as propostas de redução do prazo de 24 meses para utilização dos créditos do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) sobre a compra de bens de capital e a diminuição do prazo de 48 meses para compensação do ICMS incidente sobre máquinas e equipamentos.

Avanços mais significativos foram obtidos com as sugestões de alongamento dos prazos de recolhimento dos tributos. A indústria propôs ao governo federal a ampliação do prazo de recolhimento do PIS e da Cofins para 45 dias e a sugestão foi acolhida no Programa de Aceleração do Crescimento. A CNI também pretende sugerir ao Conselho de Política Fazendária (Confaz) prazo de 45 dias para o pagamento do ICMS nos estados.

*O aumento da competitividade das empresas, o estímulo aos investimentos e às exportações dependem de mudanças profundas no sistema de cobrança de impostos.*

A necessidade do prazo de 45 dias para o pagamento de impostos e contribuições foi identificada na Sondagem Especial feita pela CNI com 451 empresas entre os dias 21 de setembro e 2 de outubro de 2006. Os entrevistados alegaram que os prazos de recolhimento dos impostos e contribuições precisam ser ampliados para se adequarem ao fluxo de caixa das empresas. Conforme a pesquisa, a indústria recebe o resultado das vendas em um prazo médio de 45 dias, enquanto que a maioria dos tributos federais deve ser paga em até 30 dias.

As medidas de desoneração dos investimentos e de alongamento do prazo de recolhimento do PIS e da Cofins, previstas no Programa de Aceleração do Crescimento, são insuficientes para equacionar a questão tributária do país. O aumento da competitividade das empresas, o estímulo aos investimentos e às exportações dependem de mudanças profundas no sistema de cobrança de impostos.

Na avaliação da CNI uma reforma tributária pró-crescimento precisa estimular a competitividade e a eficiência da produção. Isso passa pela instituição de um único imposto sobre bens e serviços – o Imposto sobre Valor Agregado (IVA) – com legislação nacional e criação de um sistema unificado de tributos sobre a renda. A reforma ideal deve simplificar a carga tributária incidente sobre a propriedade de bens industriais e unificar as contribuições sociais. Também precisa respeitar os direitos dos contribuintes e estabelecer condições para a harmonia tributária entre União, estados e municípios.

---

## PRINCIPAIS AÇÕES NA ÁREA DE POLÍTICA ECONÔMICA

Tema	Ação
Déficit público	Apresentou propostas para a redução do gasto público. A posição da CNI sobre o tema está consolidada nos documentos Crescimento. A Visão da Indústria e O Dilema Fiscal: Emendar ou Reformar.
Exportações	Pediu solução para o impasse entre União e estados sobre o ressarcimento dos créditos de ICMS aos exportadores. A indústria defende a isenção do tributo estadual sobre as vendas externas.
Investimentos	Reafirmou a necessidade de desonerar os investimentos. Sugeriu a redução do prazo para recuperação dos créditos de PIS, Confins e ICMS sobre a compra de bens de capital.
Tributação	<p>Defendeu a ampliação do prazo de recolhimento de tributos para uma média de 45 dias. Desde 2005 o governo federal adota medidas para aproximar o prazo de recolhimento dos tributos da realidade das empresas.</p> <p>Pediu a redução da carga tributária das empresas consumidoras de sucata e resíduos e a inclusão de clínquer, torneiras plásticas e registros de pressão entre os produtos beneficiados pelos incentivos à construção civil. O pedido de redução para 5% da alíquota de IPI foi atendido.</p>

---



## O sentimento dos empresários

As ações de defesa dos interesses da CNI são orientadas pelo acompanhamento da situação da economia, da evolução da produção, do sentimento e das expectativas dos empresários. Grande parte dessas informações é obtida por meio da Sondagem Industrial, uma pesquisa trimestral feita em parceria com 20 federações de indústrias. Em 14 e 15 de agosto de 2006, a CNI realizou, em Brasília, um encontro nacional para planejar atividades, aproximar as equipes técnicas e sintonizar os procedimentos de coleta de informações da Sondagem Industrial.

Realizada desde 1998, a pesquisa ouve 1.500 empresários em todo País, dos quais 200 são de empresas de grande porte. A amostra permite a divulgação de resultados por porte de empresa, setor de atividade, regiões geográficas e por estados. Um bloco especial de perguntas da Sondagem Industrial permite a construção do Índice de Confiança do Empresário Industrial (ICEI), que contém informações decisivas para traçar previsões sobre a atividade econômica.

Com a Sondagem Industrial, a CNI realiza as Sondagens Especiais, cujo objetivo é identificar a avaliação dos empresários sobre temas específicos. Nos últimos dois anos, foram realizadas pesquisas especiais sobre empréstimos de curto prazo, valorização do real diante do dólar, regulamentação ambiental, investimentos, estratégia tecnológica e tributação.



*A reorganização administrativa e a profissionalização do setor público de transportes são decisivas para recuperação, modernização e ampliação das rodovias, ferrovias e portos brasileiros.*

### 5.3 Infra-Estrutura

A recuperação, a modernização da infra-estrutura, a definição de marcos regulatórios e a criação de um ambiente institucional seguro para os investimentos pautaram os trabalhos do Conselho Temático de Infra-Estrutura em 2006. A CNI chamou a atenção para a crise sem precedentes nos transportes e destacou que o problema não é resultado apenas da falta de investimentos no setor. A má situação das estradas, das ferrovias e dos portos do país também é provocada por deficiências na gestão dos recursos públicos, na estrutura organizacional e nos critérios de preenchimento dos cargos de direção do Ministério dos Transportes.

O diagnóstico está no documento Reforma Institucional do Setor de Transportes: Exigência para uma Economia de Alto Crescimento, que a CNI entregou, em dezembro de 2006, aos ministros Dilma Rousseff, chefe da Casa Civil, e Paulo Sérgio Passos, dos Transportes. O estudo, que complementa a Agenda Mínima para Infra-Estrutura, apresentada ao governo

em 2005, faz uma reflexão sobre a necessidade do aperfeiçoamento institucional do setor de transportes.

O documento alerta que o atual modelo institucional é incompatível com a crescente participação da iniciativa privada na área. Por isso, defende a reforma da estrutura organizacional do Ministério dos Transportes, a profissionalização das administrações, a manutenção dos programas de outorga à iniciativa privada e a definição de regras claras para o setor. Tais fatores são decisivos para que o país faça os investimentos necessários em recuperação, ampliação e modernização dos transportes.

A indústria também manteve a discussão sobre o marco regulatório para o saneamento básico, questão que integrava a Agenda Mínima para Infra-Estrutura e a Agenda Mínima para Governabilidade, apresentadas em 2005. Em 2006, o tema voltou a ser discutido em maio, no seminário Saneamento Básico: Marco Regulatório e Retomada de Investimentos. Além disso, os empresários encaminharam ao

Congresso Nacional o documento Saneamento Básico: Experiência Internacional e Avaliação de Propostas para o Brasil.

O estudo sugere medidas para aperfeiçoar as proposições sobre o tema que estavam em tramitação no Legislativo. Aprovado pelo Congresso em 12 de dezembro de 2006, o texto da Lei do Saneamento Básico elimina as incertezas regulatórias, simplifica a aplicação das políticas públicas e, consequentemente, favorece os investimentos no setor.

Além disso, a CNI discutiu a possibilidade de diversificação da matriz energética brasileira, os custos de aproveitamento das fontes alternativas, as condições de suprimento de eletricidade e gás natural, a estrutura tarifária e os encargos incidentes sobre o consumo industrial. O debate dessas questões foi decisivo para a harmonização da posição da indústria nos setores de energia elétrica e gás natural.

## PRINCIPAIS AÇÕES PARA SUPERAR A CRISE NA INFRA-ESTRUTURA

Tema	Ação
Saneamento básico	<p>Sugeriu o aperfeiçoamento do marco regulatório para tratamento e distribuição de água e redes de esgoto e coleta de lixo. As discussões do seminário Saneamento Básico: Marco Regulatório e Retomada de Investimentos e do documento Saneamento Básico: Experiência Internacional e Avaliação de Propostas para o Brasil ajudaram a construir consensos sobre a matéria. O texto aprovado pelo Congresso ajudará o país a atrair os investimentos para o setor.</p>
Transportes	<p>Apresentou ao governo o documento Reforma Institucional do Setor de Transportes: Exigência para uma Economia de Alto Crescimento.</p> <p>Participou do seminário Desenvolvimento de Infra-estrutura de Transportes no Brasil: Perspectivas e Desafios, promovido pelo Tribunal de Contas da União, e do seminário sobre o Plano Nacional de Logística de Transportes.</p> <p>Divulgou nota pedindo soluções para o caos nos aeroportos. No comunicado, os industriais alertaram que os atrasos nos vôos obrigavam as empresas a adiar reuniões de trabalho, vendas e prospecção de negócios, o que, junto com a frustração e insegurança dos passageiros, prejudicava a economia nacional.</p>
Energia	<p>Discutiu e harmonizou a posição do setor industrial sobre diversificação da matriz energética brasileira, os custos e as condições de suprimento de gás natural e eletricidade.</p> <p>Divulgou o posicionamento da indústria sobre o aumento das tarifas, dos encargos e tributos sobre a energia elétrica. Também apoiou a criação do Grupo de Trabalho para avaliar junto com o governo as tarifas de energia cobradas da indústria.</p> <p>Promoveu o seminário Programa Nuclear Brasileiro: Energia Segura, Ambiente Limpo, em 4 de outubro de 2006, em Brasília.</p> <p>Organizou o documento O Mercado de Biodiesel no Brasil, que contém pesquisas e o resultado dos debates do 1º Encontro Nacional do Biocombustível, realizado pela Presidência da CNI em 30 de agosto de 2006.</p>



## Diversificação da matriz energética

As alternativas para diversificação da matriz energética brasileira foram temas de dois debates realizados pela CNI em 2006. O 1º Encontro Nacional do Biocombustível e o Seminário Programa Nuclear Brasileiro: Energia Segura, Ambiente Preservado, Negócios para Indústria reuniram representantes do governo, especialistas do setor e empresários.

O seminário sobre energia nuclear, que ocorreu em 4 de outubro, avaliou as vantagens e os riscos dos investimentos nas usinas nucleares e aproximou os empresários do Programa Nuclear Brasileiro. Participaram dos debates o presidente da Comissão Nacional de Energia Nuclear, Odair Dias Gonçalves, o presidente da Empresa Brasileira de Pesquisa Energética, Maurício Tolmasquim, representantes dos ministérios de Minas e Energia e do Meio Ambiente, e da CNI. Os participantes concluíram que o Brasil precisa reduzir sua dependência das hidrelétricas e investir em outras fontes de suprimento se quiser afastar o risco de um apagão. A CNI considera que a indústria nuclear é uma fonte eficiente, embora ainda tenha custo elevado por causa dos sistemas de emergência, de contenção e de resíduo radioativo e de armazenamento.

A CNI também patrocinou o debate sobre os combustíveis verdes. Na avaliação da indústria, o declínio das reservas mundiais de petróleo e a necessidade de redução das emissões de gás carbônico criam um cenário favorável à produção de combustíveis renováveis. Os investimentos em alternativas, como o etanol e o biodiesel, ajudarão o País a criar empregos, desenvolver tecnologias e ampliar o parque industrial. Entretanto, o governo precisa definir com maior clareza a participação da indústria no Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel.

Entre outros pontos, a indústria entende que é preciso garantir oferta de oleaginosas em escala e custos compatíveis com a demanda da indústria e definir políticas de incentivo à inovação tecnológica nessa área, respeitando as características das diversas regiões do País.

Realizado em 30 de agosto, o 1º Encontro Nacional do Biocombustível teve a participação do presidente da República, Luis Inácio Lula da Silva, dos ministros Dilma Rousseff, da Casa Civil, Luiz Carlos Guedes Pinto, da Agricultura, Sérgio Rezende, da Ciência e Tecnologia, Valfrido dos Mares Guia, do Turismo, e Pedro Brito do Nascimento, dos Transportes. Também participaram do evento o chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, Luiz Dulci, e o presidente do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Demian Fioca.

## 5.4 Integração Internacional

Seguindo as diretrizes do Mapa Estratégico da Indústria, a CNI atua para ampliar a inserção do Brasil na economia global. Essa ação inclui o estímulo ao desenvolvimento da cultura exportadora nas pequenas e médias empresas, a promoção dos produtos brasileiros no exterior, a busca de parcerias e a articulação do setor privado com o governo para obter maior eficiência nas negociações de acordos internacionais. A indústria entende que o aumento do fluxo de comércio e de investimentos reduz a vulnerabilidade da economia brasileira a crises externas, incentiva a inovação nas empresas e a melhoria da qualidade e da competitividade do produto nacional.

Na área de promoção das exportações, a CNI investe especialmente em iniciativas que facilitam o acesso das empresas de menor porte ao mercado estrangeiro, como consultorias, capacitação empresarial e disseminação de informações comerciais. Esses serviços são oferecidos pela Rede Brasileira de Centros Internacionais de Negócios, que, em 2006, ganhou o

reforço das unidades do Espírito Santo e do Acre.

A Rede CIN, formada por 26 Centros Internacionais de Negócios, vinculados às federações de indústrias dos estados e do Distrito Federal, cobrirá todo o país em 2007, com a implantação do Centro Internacional de Negócios em Tocantins.

O incremento do comércio e de investimentos externos reduz a vulnerabilidade da economia brasileira, incentiva a inovação e a melhoria da qualidade e da competitividade do produto nacional.

Em 2006, a Rede implementou o programa Exporta CIN, que identifica oportunidades de negócios e potenciais compradores estrangeiros para produtos de pequenas e médias empresas brasileiras. Trata-se de uma assessoria completa às empresas que começa no

planejamento da exportação, adequação de produtos e processos e formação de preços até a entrega do pedido ao cliente no exterior. O programa tem a adesão de 13 CINs e atende a 39 empresas. Em nove meses de existência, o Exporta CIN envolveu oito agentes comerciais, realizou 23 prospecções de mercado e promoveu o fechamento de negócios nos setores de metalmeccânica, cosméticos, alimentos, construção civil e bebidas. Para 2007, os CINs de outros oito estados devem se integrar ao programa.

Outra iniciativa é o programa de Ação Integrada de Promoção Comercial no Exterior, que presta serviços especializados na organização de missões empresariais a eventos internacionais de referência em diversos setores. Além da prospecção de negócios, essas missões aproximam os empresários das novas tecnologias de produção, ajudam a conhecer a concorrência e a formar redes de contatos no exterior.

Em 2006, dentro do programa, a CNI organizou, com o apoio dos CINs de Rio Grande do Sul, Amazonas, Ceará, Rio



Grande do Norte, Paraná e Santa Catarina, uma comitiva empresarial à Feira Industrial de Hannover, na Alemanha, que ocorreu de 24 a 28 de abril. Formada por 38 empresas, a missão fez visitas guiadas à feira multisetorial e conheceu indústrias do setor automotivo. Na viagem, os empresários apresentaram em reuniões nas câmaras de comércio e na Embaixada do Brasil o potencial no setor de energia e nos segmentos de transmissão de força e controle, indústria digital, pesquisa e tecnologia, automação, microtecnologia, subcontratação, equipamentos e serviços industriais, ar comprimido e tecnologia a vácuo, entre outros.

Além disso, um grupo de representantes de cem empresas brasileiras participou de 300 encontros empresariais realizados durante o Salão Pollutec, feira mundial de tecnologias para preservação ambiental e energias renováveis, que ocorreu de 28 de novembro a 1º de dezembro em Lyon, na França. A CNI, em parceria com o Instituto Euvaldo Lodi (IEL) e o CIN do Rio de Janeiro, coordenou a participação brasileira na feira em que o Brasil foi o convidado de honra.

#### **ACORDOS INTERNACIONAIS –**

A agenda comercial brasileira pouco avançou em 2006. Seguindo a prioridade da política comercial, a CNI deu ênfase ao acompanhamento das negociações na Organização Mundial do Comércio (OMC). Representantes do Conselho Temático de Negociações Internacionais, que coordena a Coalizão Empresarial Brasileira, apresentaram propostas e participaram da delegação brasileira que discutiu o acesso a mercados de bens industriais.

As sugestões da indústria foram defendidas pelos negociadores oficiais brasileiros. Mas as divergências entre os países sobre a questão dos subsídios agrícolas paralisaram as discussões da Rodada de Doha. A indústria alerta que o fracasso das negociações da OMC pode estimular os países a buscarem acordos regionais, com regras diferenciadas, o que exigirá muita atenção com a defesa dos interesses do setor produtivo.

No Mercosul, os industriais enfrentaram dificuldades no diálogo com o governo em razão do peso das questões políticas na agenda do bloco econômico. A CNI

acompanhou a agenda interna do mercado comum por meio de sua representação junto ao Foro Consultivo-Econômico Social do Mercosul. Criado pelo Protocolo de Ouro Preto, o Foro é o organismo oficial de participação da sociedade no processo de integração e conta com representantes de empresários e trabalhadores.

Apesar do baixo peso conferido à agenda econômica do bloco, as principais reivindicações da indústria foram incorporadas ao acordo de salvaguardas assinado por Brasil e Argentina. A CNI também levantou os interesses comerciais do setor privado nos acordos econômicos do Mercosul com a Índia, com o Conselho de Cooperação do Golfo, com o Paquistão e do Brasil com o México. Além disso, a indústria acompanhou as negociações para a criação da Comunidade Sul-Americana de Nações e a integração do Mercosul com a União Européia.

## AS PRINCIPAIS AÇÕES NA ÁREA DE INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL

Tema	Ação
Acordos internacionais	<p>Participou das negociações sobre bens industriais na OMC. Discutiu e formulou propostas sobre acesso a mercados para produtos industriais. As sugestões da indústria foram defendidas pelos negociadores brasileiros. Mas as divergências entre os países sobre a questão agrícola paralisaram a Rodada de Doha.</p> <p>Assinou, com congêneres de outros países, documento pedindo a retomada da Rodada de Doha. A expectativa é que as negociações sejam retomadas em 2007</p> <p>Avaliou e sugeriu mudanças no acordo de salvaguardas assinado entre Brasil e Argentina. O instrumento firmado pelos dois países em 1º de fevereiro de 2006 incorpora as principais reivindicações na indústria.</p> <p>Discutiu e levou ao governo as reivindicações do setor privado no processo de adesão da Venezuela ao Mercosul.</p> <p>Levantou os interesses da indústria nos acordos que o Mercosul negocia com a Índia, com o Conselho de Cooperação do Golfo, com o Paquistão. Também acompanhou as negociações de integração comercial entre Brasil e México e a criação da Comunidade Sul-Americana de Nações.</p> <p>Coordenou a participação brasileira na 6ª Conferência Plenária do Fórum Empresarial Mercosul-União Européia, realizada na Argentina. Boa parte das sugestões da indústria brasileira foi incluída na Declaração de Buenos Aires, documento apresentado aos negociadores oficiais dos dois blocos.</p>
Promoção comercial	<p>Ampliou a Rede CIN com a implantação de Centros Internacionais de Negócios no Espírito Santo e no Acre.</p> <p>Implementou o programa Exporta CIN, que estimula as exportações das pequenas e médias empresas. Participam da primeira fase do projeto 39 empresas.</p> <p>Implantação do programa Ação Integrada de Promoção Comercial no Exterior, que estimula a participação de empresários em eventos internacionais. Uma comitiva de 39 empresas visitou a Feira Industrial de Hannover, na Alemanha, e outros cem empresários participaram do Salão Pullutec, a feira de tecnologias limpas realizada em Lyon, na França.</p> <p>Divulgou informações sobre mercados internacionais e estratégias de apoio às exportações. Os eventos de capacitação empresarial, realizados em parceria com a Agência de Promoção das Exportações e Investimentos (Apex-Brasil) e os Ministérios de Relações Exteriores e de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, tiveram a participação de 719 pessoas.</p>

**Tema****Ação**

Ampliou a base de dados estatísticos usados pelos CINs, com as ferramentas Sicex, Tecwin, Diretório de Compradores Kompass e Contrade. Com isso, será possível elaborar pesquisas de mercado em 138 países.

Atualizou o Catálogo dos Exportadores. A publicação agora tem mais de 10 mil empresas contratadas e recebe mais de 19 mil visitas mensais na página da internet.

Apresentou à Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial o projeto Apoio à Internacionalização do Setor Industrial Brasileiro. Os recursos para implementação do projeto podem vir da União Européia e as atividades serão executadas pela Rede CIN.

## Política de comércio exterior

Acompanhou e fez propostas para permitir que pequenas e médias empresas tivessem acesso ao seguro de crédito à exportação e contassem com a cobertura do Fundo de Garantia à Exportação em operações de pré e pós-embarque. As propostas da indústria foram aprovadas pela Câmara de Comércio Exterior (Camex). Falta o governo propor ao Congresso Nacional as mudanças na legislação.

Discutiu com os demais integrantes do grupo de desburocratização do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior estratégias para simplificar os procedimentos de importação e exportação. Algumas vitórias foram alcançadas, como a dispensa de licenciamento por parte do Decex na importação de determinadas operações sem cobertura cambial, a elevação do prazo de pagamento das exportações de 180 para 360 dias, e a redução do número de produtos sujeitos a anuência prévia de órgãos do governo.

Apoiou a assinatura do convênio entre o Instituto Procomex<sup>1</sup> e a Secretaria da Receita Federal que prevê a troca de informações, a realização de estudos e projetos que visem à simplificação das normas de comércio exterior e à divulgação das boas práticas nessa área.



## Parcerias no exterior

Com objetivo de promover a expansão do comércio e dos investimentos, a CNI mantém parcerias e acordos de cooperação com instituições empresariais de outros países. A aproximação com as congêneres no exterior também permite a troca de experiências sobre mercados e a criação de redes de contatos para os empresários dos países envolvidos na cooperação, além de facilitar a articulação política do setor privado para a melhoria do ambiente de negócios.

Em 2006, as parcerias e a participação em conselhos empresariais bilaterais facilitaram o debate de temas de interesse da indústria. O Conselho Empresarial Brasil - Estados Unidos (CEBEU), cuja seção brasileira é coordenada pela CNI, debateu as políticas fiscais para promover o crescimento e a competitividade, infraestrutura, tecnologia, inovação e integração comercial.

Na 25ª Reunião Plenária anual do CEBEU, realizada em 5 de dezembro, em São Paulo, os empresários reafirmaram a disposição de contribuir para reforçar a cooperação entre os dois Países. Durante o encontro, eles apresentaram o documento Brasil-EUA: Uma Agenda Estratégica para as Relações Bilaterais. No estudo, o CEBEU sugere que Brasil e Estados Unidos se unam para avançar nas negociações comerciais bilaterais, reformar a Organização Mundial do Comércio (OMC), trocar experiências nas questões de energia e buscar a cooperação política na América do Sul.

O CEBEU organizou ainda o seminário Brasil: Plataforma para Crescimento e Competitividade. Os participantes do evento realizado em 31 de março de 2006, em Belo Horizonte, durante a Reunião Anual do Banco Interamericano de Desenvolvimento, discutiram temas como estratégias de políticas fiscais, infraestrutura, tecnologia, inovação e integração comercial para promover o desenvolvimento econômico.

A CNI mantém um acordo de cooperação com as instituições empresariais de Índia e África do Sul. Esse acordo formou o Conselho Empresarial IBAS. Uma das iniciativas do Conselho foi o Encontro Empresarial IBAS, realizado em 12 e 13 de setembro de 2006, em Brasília. O evento, que ocorreu em paralelo à Cúpula de Chefes de Estados dos três Países, discutiu cooperação nas áreas de inovação, infraestrutura, energia, agroindústria, transportes, tecnologia de informação e comunicação, serviços bancários e financiamento.

## 5.5 Assuntos Legislativos

A agenda do Congresso Nacional em 2006 foi marcada por debates e disputas em diversas Comissões Parlamentares de Inquérito. De julho a novembro, os trabalhos ficaram praticamente paralisados por causa do processo eleitoral. Além disso, a falta de acordo entre os parlamentares em torno de medidas provisórias trancou a pauta de votações em várias ocasiões, comprometendo ainda mais o andamento das atividades legislativas.

Diante desse quadro, a produção de textos legais caiu 26,5% em 2006 na comparação com 2005. Foram apresentadas ao Congresso 1.797 proposições, entre projetos de lei ordinárias e complementares e propostas de emenda à Constituição, das quais 286 contêm disposições com impacto sobre a atividade industrial. Das 65 medidas provisórias editadas pelo Poder Executivo, 13 foram classificadas como de interesse da indústria. Com isso, o total de proposições acompanhadas pelo Conselho de Assuntos Legislativos



da CNI subiu para 3.800, dos quais 3.500 são remanescentes de outros anos.

O trabalho de monitoramento desse conjunto de proposições exigiu uma série de ações da CNI para adequar as matérias aos interesses da indústria. Ao longo do ano, a indústria apresentou 80 notas técnicas mostrando aos parlamentares a posição do setor produtivo sobre matérias em tramitação no Congresso. Encaminhou 12 minutas de votos, sugeriu 159 emendas e nove requerimentos. Também formulou três recursos contra pareceres conclusivos sobre os projetos de lei que tratavam do regime tributário, cambial e administrativo das Zonas de Processamento de Exportações, da política nacional de resíduos, e da garantia de recursos para fins recursais.

Para ampliar o alcance da ação de defesa dos interesses da indústria no processo legislativo, a CNI acionou a RedIndústria sete vezes. Criada em 1997, a RedIndústria reúne representantes de federações de indústrias e associações nacionais setoriais, o que amplia a mobilização em torno da votação de matérias decisivas para o setor produtivo.

Em 2006, a RedIndústria atuou para garantir a aprovação da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, da medida provisória que criava o Programa de Recuperação Fiscal (Refis 3) e da que estabelecia reajuste de 5,01% para os benefícios da Previdência Social, adoção de único grau de risco para toda a empresa e a caracterização da incapacidade acidentária quando for estabelecido nexo técnico epidemiológico entre o trabalho e o agravo. Também foi acionada para apresentar posição contrária à votação no plenário da Câmara da emenda aglutinativa da reforma tributária, que previa o aumento de recursos para o Fundo de Participação dos Municípios e alterava o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

Os representantes da CNI também participaram de reuniões e grupos de trabalho em que discutiram a posição do setor industrial sobre diversas matérias em andamento no Congresso. Entre os temas debatidos nos encontros que ocorreram em 2006 estão a reforma sindical, a definição de competências ambientais e os limites para a compensação

ambiental. Os técnicos da CNI também participaram de audiências públicas realizadas em comissões do Congresso. Nesses encontros, eles apresentaram a avaliação do setor produtivo sobre a criação de portos secos, a política de reajuste do salário mínimo, a jornada de trabalho de 36 horas e o regime tributário, previdenciário e trabalhista das microempresas.

Em parceria com a Associação Brasileira das Companhias Abertas (ABRASCA) e o Plano Diretor do Mercado de Capitais, a CNI realizou, em 21 de agosto, o seminário Desconsideração da Personalidade Jurídica e Responsabilidade de Sócios e Administradores: Uso e Abuso. O evento, em Brasília, discutiu e organizou sugestões para o aperfeiçoamento dos institutos de desconsideração da personalidade jurídica e de responsabilização direta de sócios. Ao final do encontro, que reuniu advogados, parlamentares, magistrados, acadêmicos e autoridades envolvidas com a questão, foi apresentada uma proposta para o aperfeiçoamento do Projeto de Lei 2426/2003.

## PRINCIPAIS PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS ACOMPANHADAS EM 2006

Tema	Projeto
Sistema tributário	Criação da Super-Receita Prorrogação da restrição para aproveitamento de créditos de ICMS. Instituição do Programa de Recuperação Fiscal do Governo Federal (Refis 3). A matéria foi vetada.
Infra-estrutura	Marco regulatório do saneamento básico. Marco regulatório do gás natural.
Meio ambiente	Lei que define as regras de gestão de florestas públicas para produção sustentável, cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal e institui o Serviço Florestal Brasileiro na estrutura do Ministério do Meio Ambiente. Regras para utilização e proteção da Mata Atlântica.
Desenvolvimento regional	Recriação das Superintendências do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e da Amazônia (SUDAM).
Educação	Criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação (FUNDEB).
Desburocratização	Simplificação do processo de registro e legalização de empresas (RESEDIM). Regulamento para edição de súmulas vinculantes pelo Supremo Tribunal Federal.
Relações do Trabalho	Criação do Conselho Nacional de Relações do Trabalho. A medida provisória perdeu a eficácia. Reconhecimento das Centrais Sindicais como representantes oficiais dos trabalhadores. A medida provisória perdeu a eficácia. Definição de regras sobre grau de risco para as unidades da empresa e caracterização de nexos causal epidemiológico.
Pequenos negócios	Lei Geral da Micro e Pequena Empresa
Comércio exterior	Novas regras para operações de câmbio dos exportadores. Reorganização e mudanças nas regras do Centro Logístico Industrial Aduaneiro, conhecido como 'portos secos'. A matéria foi vetada.



## Em defesa da indústria

As proposições legislativas que têm impacto sobre a atividade produtiva e são acompanhadas sistematicamente pela CNI estão relacionadas na Agenda Legislativa da Indústria. A publicação de 2006, organizada por representantes das 27 federações de indústrias e 44 associações nacionais setoriais, dos Conselhos Temáticos e unidades técnicas da CNI, revela as preocupações dos empresários com os efeitos de 121 proposições nas empresas e na economia. Em 2006, também foi lançada a publicação *Prestando Contas*, que apresenta um balanço do andamento das proposições selecionadas na Agenda Legislativa da Indústria. O novo produto será publicado anualmente no mês de julho, durante o recesso parlamentar.

A avaliação e as sugestões de mudanças nos projetos em tramitação no Congresso Nacional são discutidas no seminário que a RedIndústria realiza no início de cada ano, desde 1996. Com esse trabalho, a indústria pretende dar uma contribuição ao debate sobre o futuro do Brasil. Ao sugerir, de forma transparente, o aperfeiçoamento dos projetos elaborados pelos Poderes Executivo ou Legislativo, a CNI cumpre sua tarefa institucional de defender os interesses da indústria. Também assume o papel de agente ativo e transformador no processo que deve conduzir o Brasil ao caminho do desenvolvimento sustentado.

Por isso, a CNI incentiva as federações de indústrias a elaborarem as Agendas Legislativas Estaduais. Instrumento de defesa de interesses do setor produtivo junto aos Poderes Legislativo e Executivo estaduais, a Agenda Legislativa Estadual já é elaborada pelas federações de indústrias de Espírito Santo, Paraná, Goiás, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Tocantins, Acre e Distrito Federal. As federações de São Paulo, Santa Catarina, Pernambuco, Ceará e Pará estão implantando suas Agendas.

A CNI também oferece serviços de informações legislativas para empresas e entidades de representação. Além disso, mantém o Legisdata, um banco de dados que permite o acompanhamento das proposições legislativas do interesse do setor industrial, por meio de informações sobre a tramitação, sínteses, íntegra dos textos e pareceres da CNI sobre a matéria. A nova versão do Legisdata, que estará disponível no primeiro semestre de 2007, permitirá a ampliação desses serviços.

## 5.6 Micro e pequena empresa

Ao longo de 2006, as atividades do Conselho Temático da Micro e Pequena Empresa se concentraram na construção de um ambiente favorável à expansão desses empreendimentos. Integrante da Frente Empresarial pela Aprovação da Lei Geral, a CNI participou da construção do novo estatuto da micro e pequena empresa, sugerindo o aperfeiçoamento do texto aprovado no Congresso e sancionado em 14 de dezembro de 2006.

A Lei Geral da Micro e da Pequena Empresa avançou principalmente na área tributária. Cria o Simples Nacional, que unifica nove impostos e contribuições, reduzindo o excesso de burocracia das empresas de menor porte. Entre os pontos positivos da Lei também estão a possibilidade de desoneração das exportações, a criação de incentivos para inovação e o tratamento especial concedido às pequenas empresas nas compras governamentais.

O texto permite que a empresa realize alterações sociais e dê baixa

independente da regularidade no cumprimento das obrigações tributárias, previdenciárias ou trabalhistas. Mas a Lei Geral só produzirá os efeitos desejados a partir da regulamentação de alguns dispositivos e da entrada em vigor dos benefícios tributários, que foi adiada para 1º de julho de 2007.

A criação de um ambiente favorável aos pequenos negócios depende da regulamentação de dispositivos da Lei Geral e da adoção de medidas complementares, como o Simples Trabalhista.

O desenvolvimento e a formalização dos pequenos empreendimentos também requerem a aprovação de medidas complementares, como o Simples Trabalhista, um sistema simplificado e menos oneroso para contratações e demissões de empregados nas

empresas de menor porte. Por isso, a indústria manterá a mobilização pela construção de um ambiente favorável a esses empreendimentos.

A CNI também participou e ofereceu sugestões em todos os comitês temáticos do Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, que a partir de 2007 acompanhará os aspectos não tributários da Lei Geral. Criado em 2000, o Fórum reúne representantes de 52 órgãos governamentais, 57 entidades de representação empresarial e inúmeras instituições de apoio ao segmento.

Além disso, a indústria definiu 36 ações imprescindíveis para garantir maior efetividade à defesa dos interesses dos pequenos empreendimentos. A agenda do Conselho Temático da Micro e da Pequena Empresa para 2007 engloba cinco temas: crédito e financiamento; capacitação empreendedora; gestão empresarial e liderança; burocracia e tributação; inserção internacional e inovação e tecnologia.



## PRINCIPAIS AÇÕES PARA GARANTIR A EXPANSÃO DOS PEQUENOS NEGÓCIOS

Tema	Ação
Lei Geral da Micro e Pequena Empresa	Avaliou e sugeriu aperfeiçoamentos ao texto aprovado pelo Congresso Nacional   e sancionado em 14 de dezembro de 2006. Agora, a CNI manterá a mobilização da Frente Empresarial pela Aprovação da Lei Geral e acompanhará a regulamentação da nova legislação.
Representação	Participou dos seis comitês temáticos do Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, oferecendo sugestões para melhorar o ambiente de negócios desses empreendimentos.



## Estímulo à expansão dos APLs

O incentivo ao desenvolvimento dos pequenos negócios está entre as prioridades da CNI. Além de atuar junto aos Poderes Executivo e Legislativo, a Confederação mantém o Programa de Apoio à Competitividade das Micro e Pequenas Empresas Industriais (PROCOMPI).

Resultado de uma parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), o programa oferece assessoria técnica e recursos financeiros especialmente aos Arranjos Produtivos Locais (APLs), aglomerações de empresas com a mesma especialização produtiva, localizadas no mesmo espaço geográfico, que cooperam e competem entre si. Os APLs, importantes instrumentos de desenvolvimento regional, contam com o apoio do governo, de associações empresariais, instituições de crédito, ensino e pesquisa.

Criado em 2000, o PROCOMPI apoiou 2.950 empresas, principalmente nos estados do Norte e do Nordeste. Em 2006, começou uma nova etapa que privilegia o planejamento e a participação efetiva das federações de indústrias e dos núcleos estaduais do Sebrae. Os 60 projetos selecionados entre os mais de cem inscritos para receber financiamento e assessoria do programa envolvem 1.500 empresas de diversos setores em 24 estados. As ações nessas empresas serão desenvolvidas ao longo de 2007 e 2008.

As principais ações de promoção da competitividade apoiadas pelo PROCOMPI nos APLs envolvem o fortalecimento do associativismo, por meio da realização de seminários, formação de núcleos setoriais, elaboração de diagnósticos e planos estratégicos de desenvolvimento. Incluem ainda o desenvolvimento empresarial e a melhoria do processo produtivo, com programas de saúde e segurança do trabalhador, design, formação de mão-de-obra e gestão.

Além disso, estimula a adoção de tecnologias e práticas gerenciais, financeiras, de planejamento e controle da produção e de responsabilidade social. Contribui para facilitar o acesso das empresas ao crédito e aos mercados, com orientações sobre canais de comercialização, estratégias de marketing e de internacionalização. Entre as atividades do PROCOMPI destinadas a ajudar as empresas a conquistar o mercado externo, destaca-se a participação em feiras, exposições e missões técnicas internacionais.

## 5.7 Meio ambiente

A preservação do ambiente é uma preocupação cada dia mais presente na indústria brasileira. Conforme a Sondagem Especial, divulgada em abril de 2006, o percentual de indústrias que adotam procedimentos de gestão ambiental aumentou de 70% em 2003 para 74% em 2005.

Mas as empresas enfrentam uma série de dificuldades na relação com os órgãos ambientais, principalmente na área de licenciamento. A pesquisa revela que os requisitos exagerados, o alto custo de implantação e a complexidade das regulamentações transformam o processo de licenciamento ambiental em um obstáculo aos investimentos produtivos. Por isso, o Conselho Temático de Meio Ambiente da CNI manteve em 2006 as ações que visam à revisão das regras e ao estabelecimento de um marco regulatório que garantam segurança às empresas nessa área.

Os representantes da indústria participaram das discussões sobre as competências de União, estados

e municípios para reduzir os conflitos entre órgãos governamentais e, conseqüentemente, os custos e os prazos dos processos de licenciamento ambiental. Além disso, a CNI elaborou sugestões de novos critérios para o licenciamento ambiental. A proposta prevê a simplificação do processo, a redução dos custos e dos prazos e a definição de competências dos órgãos governamentais.

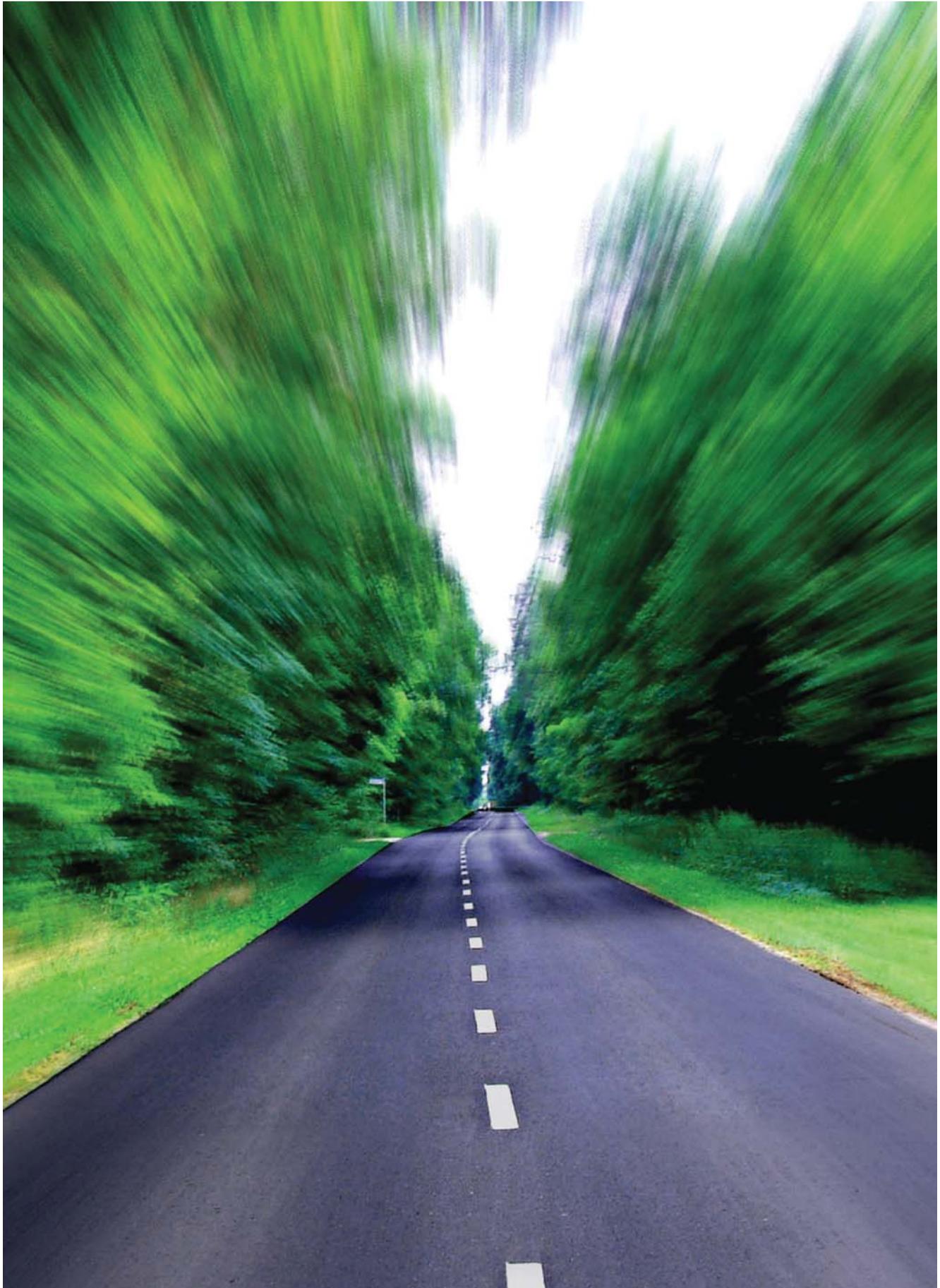
A definição de regras claras para o licenciamento e a compensação ambiental acabará com a insegurança jurídica e estimulará os investimentos em produção e infra-estrutura.

A indústria também manteve o debate sobre a compensação ambiental, regulamentada pela Lei 9.985/00, que trata do Sistema Nacional de Unidades

de Conservação. Aprovado em 2000, o texto prevê que os empreendimentos com impacto ambiental significativo devem ser indenizados com investimentos na implantação e manutenção de áreas de conservação de recursos naturais. No entanto, a Lei contém indefinições sobre a aplicação prática da compensação ambiental, o que deixa os investidores inseguros.

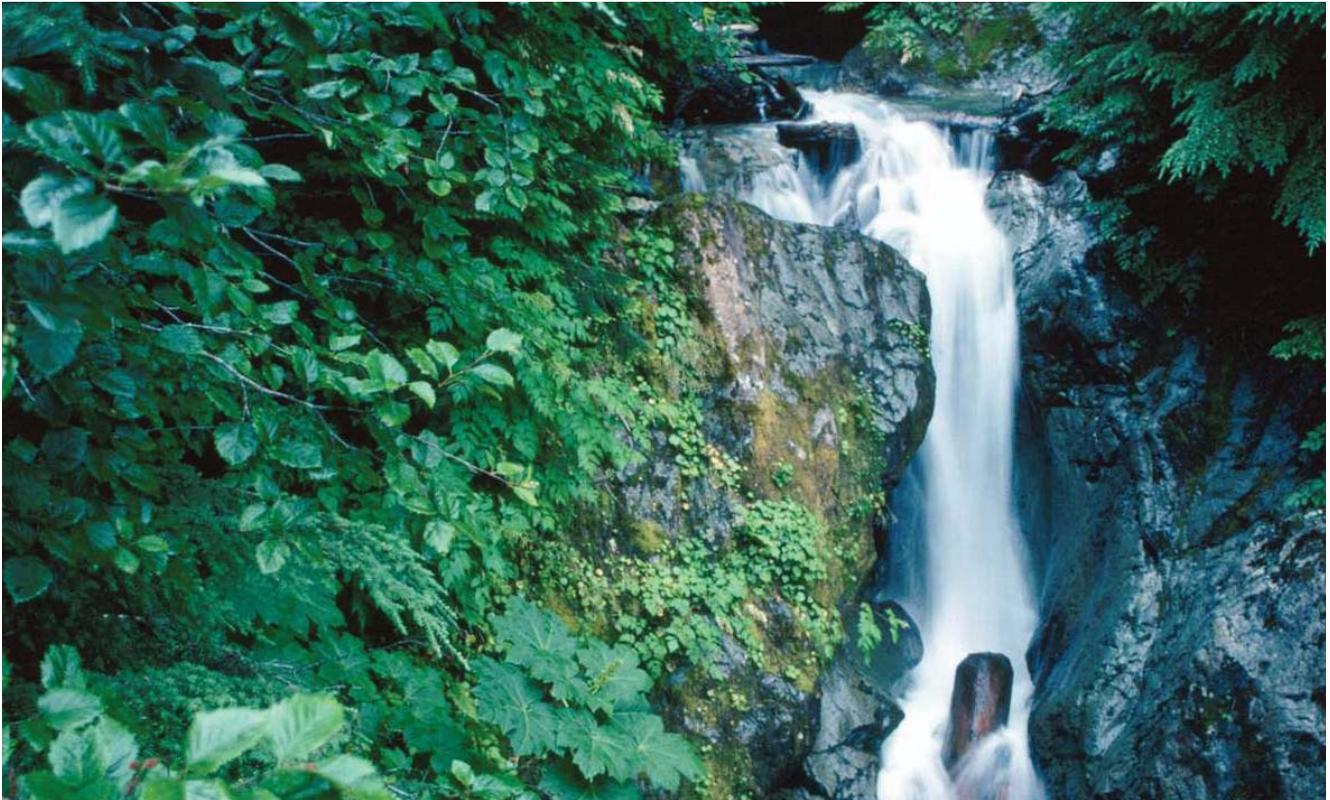
Desde 2004, a CNI busca o diálogo para definir um critério de cálculo da compensação ambiental. Na avaliação da indústria, esse percentual deve ser fixado em 0,5% dos custos totais do empreendimento. As sugestões da indústria para o aperfeiçoamento da legislação encontram-se no documento Compensação Ambiental: Indefinição e Insegurança Jurídica, que a CNI entregou ao governo no final de 2006.

A Ação Direta de Inconstitucionalidade proposta em 2004 contra o artigo 36 da referida lei ainda não foi julgada pelo Supremo Tribunal Federal.



## PRINCIPAIS AÇÕES NA ÁREA DO MEIO AMBIENTE

Tema	Ação
Licenciamento	<p>Elaborou pareceres técnicos e propostas sobre os critérios de licenciamento ambiental. A proposta da indústria é definir competências dos órgãos governamentais para simplificar o processo, reduzir os custos e os prazos do licenciamento ambiental.</p> <p>Consolidou a proposta do setor produtivo para o Plano Nacional de Recursos Hídricos. Também apresentou sugestões para o licenciamento simplificado de agroindústrias de pequeno porte e de médias e pequenas estações de tratamento de esgoto</p>
Compensação	<p>Estimulou o debate sobre a metodologia de cálculo da compensação ambiental. Um dos avanços obtidos no Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA) foi a fixação da compensação ambiental em 0,5% do empreendimento, até a publicação de uma metodologia para o cálculo.</p> <p>Encaminhou ao governo nota técnica apontando os gargalos e as soluções para a compensação ambiental deixar de ser um entrave aos investimentos.</p>
Conservação	<p>Participou das reuniões realizadas pelo CONAMA para avaliar as possibilidades de supressão de vegetação em Áreas de Preservação Permanente. A ação garantiu a publicação da Resolução do CONAMA que facilita as atividades de vários setores produtivos, como mineração e exploração florestal.</p> <p>Garantiu a participação do setor produtivo na Comissão que definirá metas e mecanismos de implementação do Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas.</p> <p>Indicou três representantes do empresariado para integrar a Comissão de Gestão de Florestas Públicas.</p>
Controle, qualidade e gestão	<p>Discutiu e apresentou sugestões para o aperfeiçoamento do projeto que define a Política Nacional de Resíduos Sólidos.</p> <p>Debateu e sugeriu mudanças nas resoluções do Conama que tratam da destinação final de pneus, pilhas, baterias e artefatos de amianto.</p> <p>Participou da elaboração e da aprovação da primeira regulamentação nacional para padrões de emissão atmosférica de fontes fixas industriais.</p> <p>Mantém, com outros parceiros, o Programa Nacional de Produção Mais Limpa.</p>



## Desenvolvimento limpo

Em parceria com os ministérios da Ciência e Tecnologia e do Meio Ambiente e o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), a CNI desenvolve o Programa Nacional de Produção Mais Limpa. A idéia é consolidar as iniciativas de incentivos e financiamentos de projetos, desenvolvimento de marcos legais e outros temas em uma metodologia que será aplicada a todos os setores de atividades do País. Além disso, a CNI estimula os investimentos industriais em projetos de crédito de carbono, como estratégia para garantir a competitividade das empresas e o desenvolvimento sustentável.

A CNI e o Ministério da Ciência e Tecnologia organizaram em 2006 quatro cursos-piloto para a capacitação das empresas em projetos de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL). Os cursos, realizados nas federações de indústrias de Rio de Janeiro, São Paulo, Pernambuco e Rio Grande do Sul, apresentaram as potencialidades do mercado de créditos de carbono. Durante os cursos, os 122 participantes também analisaram as possibilidades de desenvolvimento de projetos de MDL nas empresas e deram orientações para a elaboração de planos nessa área.

As possibilidades de adaptação da indústria e as oportunidades de negócios proporcionadas pelas exigências de eficiência ambiental e redução dos gases causadores do efeito estufa também foram divulgadas pela CNI. Principalmente em eventos como o 8º Seminário Internacional de Meio Ambiente, realizado em São Paulo, no mês de novembro, e a 22ª Feira Internacional de Tecnologias Limpas e Energia Renovável (POLLUTEC) que ocorreu em Lyon, na França, de 28 de novembro a 1º de dezembro de 2006.

---

## PRINCIPAIS AÇÕES PARA MELHORAR AS RELAÇÕES DE TRABALHO

Tema	Ação
Reforma trabalhista e sindical	Elaborou sugestões para proposta de emenda à Constituição que moderniza a legislação trabalhista.
Saúde e segurança no trabalho	Defendeu os interesses dos empregadores na elaboração dos critérios de cadastramento de empresas que produzem, utilizam, manipulam e transportam benzeno. Também elaborou sugestões para as mudanças no Acordo Nacional do Benzeno. As propostas da indústria contemplam as mudanças negociadas e sugerem novas regras para cadastramento.
Igualdade de oportunidades	<p>Mostrou os efeitos nefastos da imposição de regras para garantir a igualdade racial e de gênero no trabalho. Com isso, conseguiu evitar que o governo seguisse a orientação de criar cotas para negros e mulheres no mercado de trabalho.</p> <p>Defendeu a não-adesão do Brasil à Convenção 156 da OIT, que aumenta as hipóteses de ausência justificadas ao trabalho dos empregados com responsabilidades familiares.</p> <p>Por sugestão da CNI, a Comissão Tripartite de Igualdade de Oportunidades e de Tratamento de Gênero e de Raça no Trabalho criou um espaço permanente para divulgação e apresentação de experiências, que reforçam as vantagens da liberalidade nas ações relacionadas ao tema nas empresas.</p>
Erradicação do trabalho infantil	Participou da construção da lista das piores formas de trabalho infantil, prevista na Convenção 182 da OIT. A CNI propôs que a inserção de atividades, a retirada de itens e a liberação parcial de uma atividade sejam baseadas em laudo técnico, relatório,

---

**Tema****Projeto**

estudo ou pesquisa. Essa lista foi aprovada pela sessão plenária da Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil (CONAETI) e deverá ser regulamentada por decreto. A indústria acompanhará a regulamentação.

## Representação junto ao governo

Participa da Comissão Tripartite Paritária Permanente, vinculada à Secretaria de Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego.

Mantém representante no Sistema Integrado de Relações do Trabalho. Em 2006, participou das reuniões de análise da proposta governamental que pretende implantar um novo sistema de relações do trabalho. O assunto continuará sendo acompanhado pela CNI em 2007.

## Representação internacional

Participou da 95ª Conferência da OIT, realizada em junho, em Genebra, na Suíça. O presidente do Conselho Temático, Dagoberto Lima Godoy, integrou a Mesa da Conferência. Em mesa redonda sobre o combate ao trabalho infantil, a CNI destacou a importância do diálogo para os avanços ocorridos no Brasil.

O presidente do Conselho também representou os empregadores brasileiros nas reuniões do Conselho de Administração da OIT e participou da 16ª Reunião Regional Americana da OIT, realizada em maio, em Brasília.

Foi sede, em maio, da Reunião de Presidentes de Organizações Empresariais Ibero-Americanas. No encontro, o presidente da CNI, Armando Monteiro Neto, apresentou o Mapa Estratégico da Indústria 2007-2015.

## 5.8 Relações do Trabalho e Desenvolvimento Associativo

A reforma da legislação trabalhista continuou no centro dos debates do Conselho Temático de Relações do Trabalho e Desenvolvimento Associativo. A CNI defende a retomada imediata das discussões sobre o tema. O rigor da regulação do trabalho no Brasil não protege o trabalhador nem cria condições para o aumento da oferta de empregos formais.

Os industriais entendem que o texto da reforma sindical em tramitação no Congresso deve ser reavaliado concomitantemente com uma proposta de mudança nas leis trabalhistas. Essa reforma, na avaliação da CNI, deve contemplar o incentivo à negociação entre empregados e empregadores, a segurança jurídica dos contratos negociados, a redução dos custos do trabalho, e a regulamentação da terceirização. A indústria sugere, ainda,

A CNI defende uma reforma que reduza a informalidade e garanta proteção social aos trabalhadores sem comprometer a competitividade das empresas

a criação de um Simples Trabalhista, que desburocratize os procedimentos e diminua as despesas com contratação para as empresas de pequeno porte.

O debate sobre a reforma trabalhista foi ampliado com o exame da experiência espanhola. No encontro realizado em 26 de abril de 2006, o especialista Jaime García Legaz, doutor em Economia e Administração da Fundação de Análise e Estudos Sociais de Madri, falou sobre os efeitos nas mudanças da legislação

trabalhista na Espanha. Os participantes do debate intitulado As Mudanças Trabalhistas na Espanha - Virtudes e Limitações concluíram que o Brasil pode aprender com o exemplo espanhol. Naquele país, as leis trabalhistas passam por mudanças contínuas, negociadas entre governo, empresários e empregados a partir das necessidades do mercado de trabalho.

Em 2007, a CNI manterá o debate e apresentará propostas para que o país chegue a um consenso sobre a interdependência das reformas trabalhista e sindical. A expectativa é que as mudanças reduzam a informalidade e assegurem proteção social aos trabalhadores sem comprometer a competitividade das empresas.



## Apoio aos sindicatos

Projetos destinados a fortalecer os sindicatos industriais terão o apoio da CNI. Os investimentos em iniciativas da base industrial visam à ampliação e legitimação da representatividade, à auto-sustentação e à eficiência dos sindicatos patronais.

Os 32 projetos contemplados foram selecionados entre os 45 planos encaminhados por 23 federações de indústrias. Todos incluem iniciativas de desenvolvimento de produtos, capacitação de líderes sindicais, melhoria da infra-estrutura ou ampliação do número de associados.

Além disso, a CNI realizou em 2006 um encontro nacional dos profissionais das áreas técnicas de Relações do Trabalho e Sindical das federações de indústrias. O programa do evento, destinado a capacitar e integrar os colaboradores, foi um passo para o fortalecimento da rede de Relações do Trabalho.

## 5.9 Responsabilidade social

No segundo ano de atuação, o Conselho Temático de Responsabilidade Social da CNI lançou, em maio de 2006, a publicação Responsabilidade Social Empresarial. O livro, que aponta a visão da indústria sobre o tema, contém orientações sobre conceitos, vantagens dos investimentos, projetos e parcerias que podem ser feitos nessa área. Explica conceitos e mostra como planejar, executar e avaliar ações de responsabilidade social. Também apresenta as principais leis de incentivo fiscal para empresas que apóiam iniciativas sociais e culturais, além dos fundos dos direitos da criança e do adolescente.

Em parceria com o Instituto da Cidadania Brasil, a CNI lançou a edição nacional do Prêmio Construindo a Nação, que incentiva a participação de alunos do Ensino Médio em projetos comunitários. Em 2006, todas as regiões brasileiras foram representadas no Prêmio, por meio dos estados de São Paulo, Santa Catarina, Amazonas, Ceará e Goiás. A partir de 2007, o Prêmio será

estendido aos demais estados. Com a organização dos Departamentos Regionais do SESI, o Instituto da Cidadania Brasil estima que a iniciativa envolva 6,5 milhões de estudantes em todo país nos próximos cinco anos.

A responsabilidade social promove o desenvolvimento sustentado dos negócios, melhora a imagem das empresas e é fundamental para a expansão da economia e a melhoria da qualidade de vida da população

A CNI também participou dos debates sobre a norma ISO 26.000, que definirá as regras de responsabilidade social empresarial. O guia internacional que orientará as ações das empresas nessa área deve ser publicado em dezembro de 2008. Além disso, a indústria apoiou o Projeto de Lei 1.300/99, que altera

o dispositivo do Estatuto da Criança e do Adolescente e estabelece que as doações ao Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente serão integralmente deduzidas do Imposto de Renda.

Seguindo as diretrizes do Mapa Estratégico da Indústria 2007-2015, o Conselho de Responsabilidade Social elegeu 29 iniciativas prioritárias para orientar as ações da indústria a partir de 2007. A idéia é articular as federações das indústrias e associações setoriais para uma atuação em rede, estimular a cultura da responsabilidade social entre os empresários, ajudar a formular políticas públicas que promovam o bem-estar social e divulgar as boas práticas empresariais nessa área. A CNI acredita que a responsabilidade social promove o desenvolvimento sustentado dos negócios, melhora a imagem das empresas brasileiras no exterior e é fundamental para a expansão da economia e a melhoria da qualidade de vida da população.



## PRINCIPAIS INICIATIVAS PARA ESTIMULAR A RESPONSABILIDADE SOCIAL

### Orientação para empresas

Lançou a publicação Responsabilidade Social Empresarial. A publicação contém orientações sobre conceitos, vantagens dos investimentos, projetos, parcerias e legislação voltadas às iniciativas nessa área. A cartilha está disponível na internet no site da CNI.

### Incentivos fiscais

Apoiou o Projeto de Lei 1.300/99. O texto altera o Estatuto da Criança e do Adolescente e prevê que as doações ao Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente podem ser deduzidas integralmente do Imposto de Renda.

### Prêmio para jovens

Lançou, em parceria com o Instituto da Cidadania Brasil, a edição nacional do Prêmio Construindo a Nação, que incentiva a participação de alunos do Ensino Médio em projetos comunitários.

## 5.10 Integração Nacional

A recriação das Superintendências do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e da Amazônia (SUDAM) é um passo importante para incentivar a economia das regiões menos favorecidas do país. Em 2006, o Conselho Temático de Integração Nacional manteve o acompanhamento do tema e sugeriu medidas para o aprimoramento dos projetos de lei que tratavam da reabertura dos dois órgãos de fomento regional e foram aprovados pelo Congresso em novembro.

A recriação da Sudene e da Sudam é positiva, mas insuficiente para promover o crescimento das regiões menos favorecidas

Apesar de considerar os dois projetos positivos, a indústria defende a implantação de uma política integrada de desenvolvimento regional que

contemple a ampliação e a modernização da infra-estrutura, a oferta de crédito, a questão tributária, os incentivos à inovação e a qualificação da educação, entre outras medidas.

## 5.11 Política Industrial e Desenvolvimento Tecnológico

A atuação do Conselho Temático Permanente de Política Industrial e Desenvolvimento Tecnológico se concentrou na criação e no aperfeiçoamento de instrumentos que promovam a modernização e a competitividade dos produtos brasileiros. Em 2006, a CNI também organizou uma rede de especialistas em política industrial.

Formada por representantes das Universidades Federais do Rio de Janeiro (UFRJ), de Minas Gerais (UFMG), do Paraná (UFPR), das Universidades de Campinas (UNICAMP) e de São Paulo (USP), além da Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (CEPAL), a rede

discute a articulação de políticas macroeconômicas, de comércio exterior e medidas de aprimoramento institucional. Também sugere estratégias para garantir a implementação da política industrial e a inovação nas empresas.

Na área de pesquisa e desenvolvimento (P&D), a indústria apresentou ao governo a posição e as propostas do setor produtivo para implantação do edital de subvenção econômica da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP). Entre as sugestões acolhidas pelo governo destaca-se a possibilidade de qualquer empresa industrial apresentar proposta de P&D e concorrer aos recursos da FINEP, democratizando o instrumento de fomento ao desenvolvimento tecnológico. A CNI também apoiou o debate e a divulgação dos instrumentos de proteção à propriedade intelectual e de combate à pirataria.

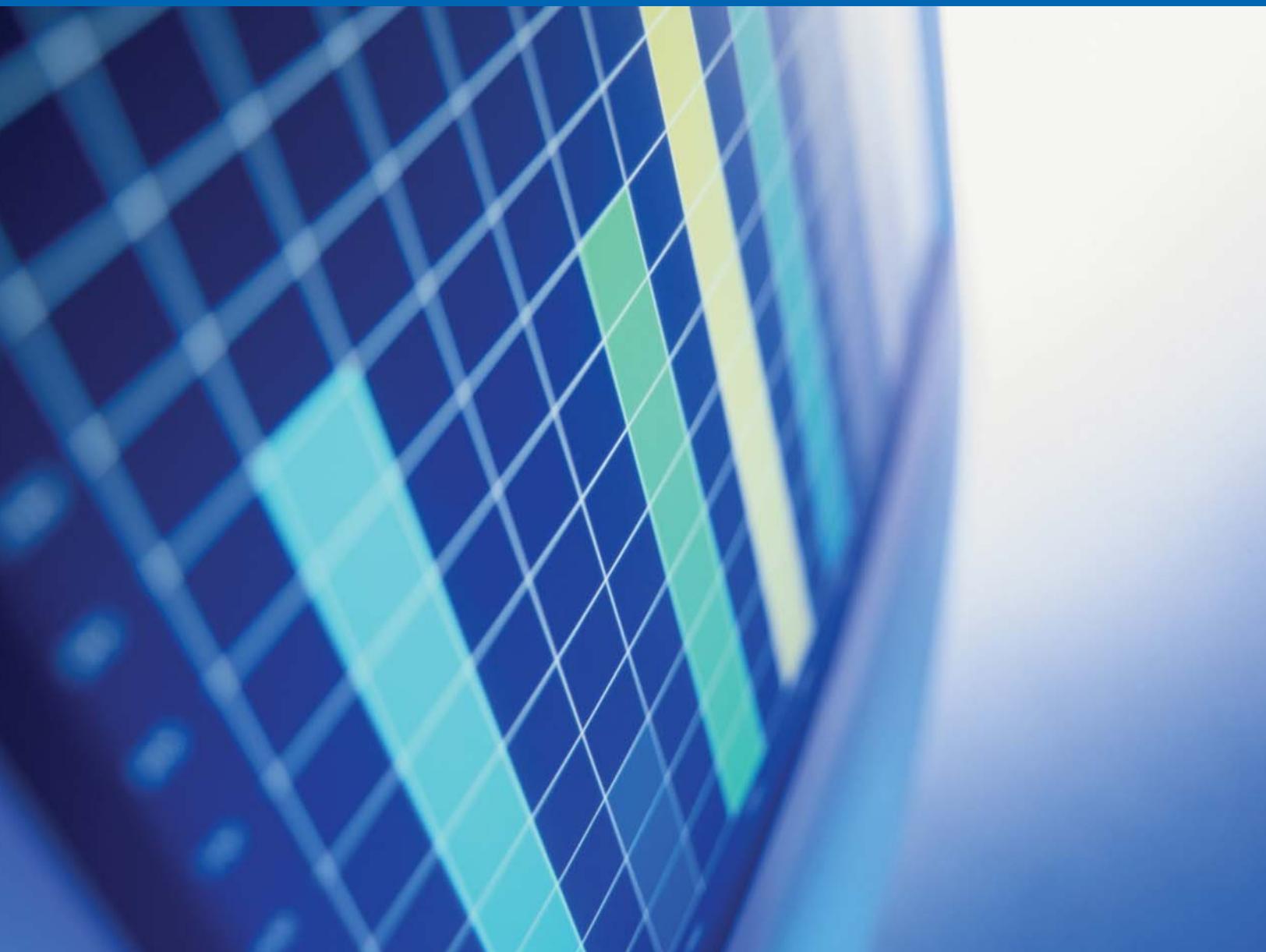
---

## PRINCIPAIS AÇÕES NA ÁREA DE COMPETITIVIDADE INDUSTRIAL

Tema	Ação
Política industrial	Organizou uma rede de especialistas para aprofundar a reflexão sobre a política industrial. Participam da rede, representantes da UFRJ, UFMG, UFPR, USP, UNICAMP e CEPAL.
Financiamento à inovação	Atuou para ampliar os incentivos para as empresas que investem em inovação. A política operacional do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), anunciada no início de 2006, prevê a redução dos custos dos financiamentos para atividades de pesquisa e desenvolvimento.
Política científica e tecnológica	Apresentou a posição e as sugestões da indústria para o edital de subvenção da FINEP. O governo acolheu várias propostas do setor produtivo, entre elas a que permite a qualquer empresa industrial apresentar proposta de P&D e concorrer aos recursos da FINEP. Isso democratizou o instrumento de fomento ao desenvolvimento tecnológico.
Combate à pirataria	Apoiou a organização de reuniões e eventos para debater e elaborar propostas de combate à falsificação de produtos e proteção à propriedade intelectual.  Apoiou o convênio que capacitarão empresários e técnicos no uso dos instrumentos de proteção da propriedade intelectual, celebrado entre o Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI), o Instituto Euvaldo Lodi (IEL) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI).

---

*Entre os 16 objetivos estratégicos da CNI estão o fortalecimento do atendimento às necessidades da indústria, o reforço da liderança na representação do setor produtivo e a busca da sustentabilidade financeira.*



## 6 Estratégia para os próximos quatro anos

*Mapa aponta oportunidades e desafios na representação da indústria*

O ano de 2006 marcou uma nova etapa da transformação do Sistema Indústria. Com a participação de representantes das federações de indústrias e de departamentos regionais do SESI, SENAI e IEL, começou a ser implementado o Plano Estratégico do Sistema Indústria 2006-2010, que consolida o processo de mudanças no modelo organizacional e no conceito de planejamento das ações iniciado em 2003.

O Plano é gerido pela metodologia do Balanced Scorecard (BSC), que deu origem ao Mapa Estratégico do Sistema Indústria 2006-2010. Apresentado aos funcionários em 1º de agosto de 2006, o Mapa aponta os objetivos, as metas e os programas do Sistema para os próximos quatro anos. O desenvolvimento dessas ações será medido por indicadores, que apontarão o êxito ou a necessidade de correção dos rumos traçados até 2010. O documento permite que os colaboradores identifiquem com clareza o foco de atuação do Sistema e estimula o comprometimento com os desafios propostos.

Além disso, a partir do Plano, elaborado em 2005, foram construídos os Mapas específicos para CNI, SESI, SENAI e IEL, respeitando a autonomia e as características de cada instituição. No caso da CNI, foram selecionados 16 objetivos estratégicos, que incluem o fortalecimento do atendimento às necessidades da indústria, o reforço da liderança na representação do setor produtivo e a busca da sustentabilidade financeira.

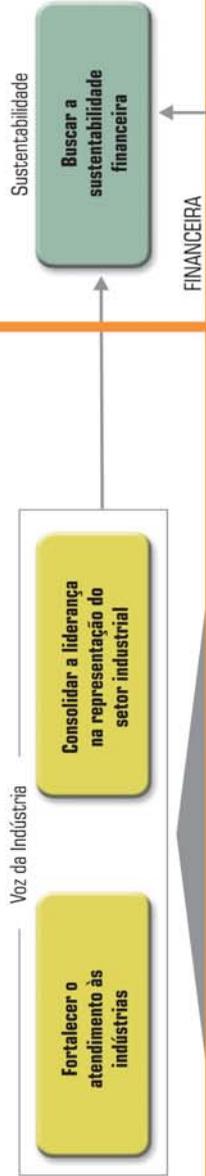
Os projetos, os indicadores e as metas corporativos são geridos pelo Escritório do Programa de Implantação do Plano Estratégico, criado em 2006. Em seu primeiro ano de funcionamento, o escritório foi responsável pela gestão de cinco projetos. Na primeira reunião de análise estratégica, realizada em 13 de dezembro, os dirigentes nacionais e representantes de federações e departamentos regionais de SESI, SENAI e IEL avaliaram os rumos do Mapa do Sistema Indústria e elegeram três novos projetos que serão desenvolvidos a partir de 2007. Esses projetos estão vinculados às áreas de sustentabilidade financeira, comunicação e recursos humanos.

Na CNI, as mudanças promovidas até agora e as que estão em andamento visam à racionalização da administração e à maior alocação de recursos humanos e financeiros em atividades de defesa de interesses. Exemplo disso é a utilização de pregões nas licitações, que trouxe ganhos expressivos nas compras e contratações de serviços e a criação do Fundo de Investimento Próprio.

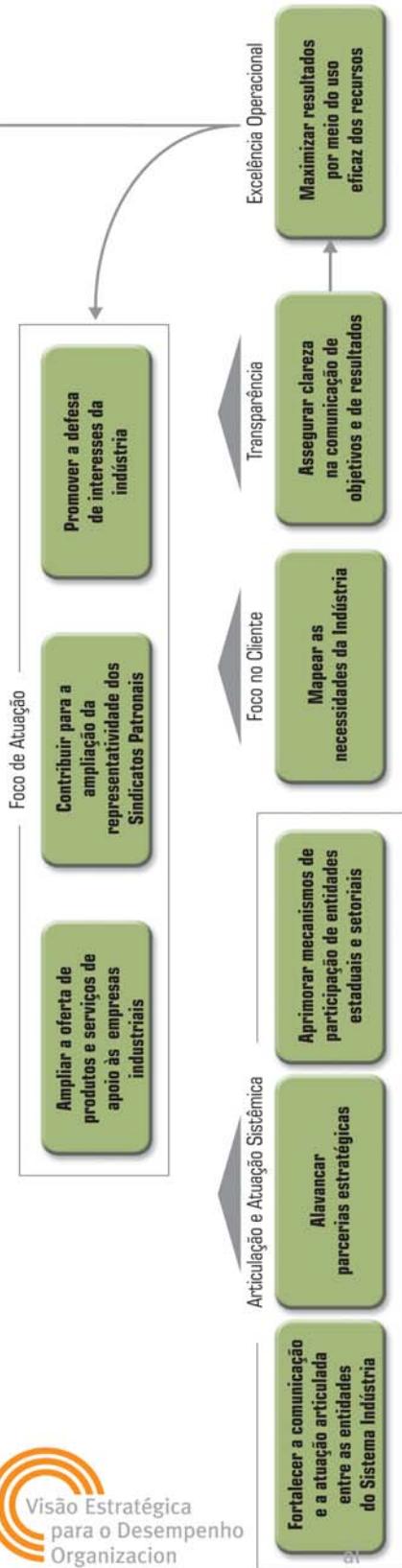
# MAPA ESTRATÉGICO DA CNI 2006-2010

**MISSÃO:** "Defender e representar a Indústria na promoção de um ambiente favorável aos negócios, à competitividade e ao desenvolvimento sustentável do Brasil."  
**VISÃO 2010:** "Consolidar-se como a organização empresarial líder na promoção do crescimento e da competitividade da indústria brasileira, atuando como agente fundamental para o desenvolvimento do Brasil."

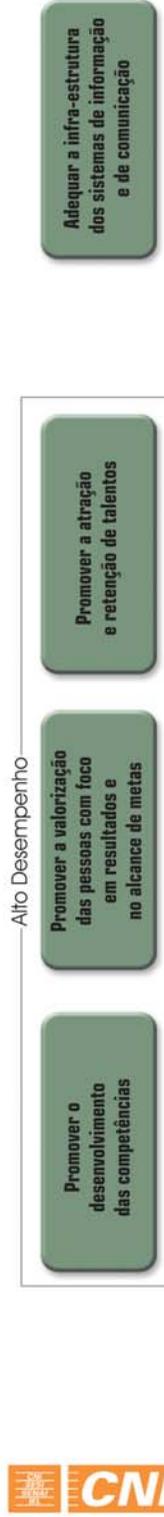
## CUMPRIMENTO DA MISSÃO



## CLIENTE



## PROCESSOS INTERNOS



## PESSOAS E TECNOLOGIA





## Ampliação da representação

A CNI estreitou o relacionamento com seus representantes e buscou o consenso dos empresários para ampliar a participação no processo de formulação de posicionamentos e no acompanhamento das ações de defesa de interesses. Em 2006, a instituição indicou 118 representantes do setor produtivo em grupos de trabalho, conselhos, comitês e outros fóruns que discutem temas com impacto na atividade industrial. Atualmente, a CNI tem mais de 450 representantes em 257 instâncias de representação.

Além da publicação *A Ação de Representação da CNI – Liderança na Defesa dos Interesses da Indústria*, com orientações sobre a atuação junto aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, a instituição apresentou a federações de indústrias as ferramentas de gestão do processo de representação. Desenvolvidas pela CNI, as ferramentas 'Sistema de Gestão de Defesa de Interesses e Painel Gerencial de Defesa de Interesses' facilitam a comunicação com os representantes setoriais e promovem a gestão do conhecimento gerado nas instâncias de representação.

# Confederação Nacional da Indústria

Armando de Queiroz Monteiro Neto  
**Presidente**

**GABINETE DA PRESIDÊNCIA – GABIN**  
Cid Ferreira Lopes Filho  
Chefe de Gabinete

**SUPERINTENDÊNCIA CORPORATIVA – SUCORP**  
Antonio Carlos Brito Maciel  
Superintendente

**SUPERINTENDÊNCIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO – SUPOG**  
Carlos Francisco Moniz Aragão  
Superintendente

**SUPERINTENDÊNCIA JURÍDICA – SJ**  
Hélio José Ferreira Rocha  
Superintendente

**UNIDADE DE COMUNICAÇÃO SOCIAL – UNICOM**  
Edgar Lisboa  
Gerente-Executivo

**UNIDADE CORPORATIVA DE AUDITORIA – AUDIT**  
Cláudio de Azevedo Lemos  
Gerente-Executivo

**DIRETORIA EXECUTIVA – DIREX**  
José Augusto Coelho Fernandes  
Diretor

**DIRETORIA DE OPERAÇÕES – DIOP**  
Rafael Esmeraldo Lucchesi Ramacciotti  
Diretor

**DIRETORIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS – DRI**  
Marco Antonio Reis Guarita  
Diretor

**UNIDADE DE GESTÃO DE DEFESA DE INTERESSES – GDI**  
Elizabeth da Silva Marinho  
Gerente-Executivo

**UNIDADE DE ASSUNTOS LEGISLATIVOS – COAL**  
Ricardo Mariano Marcondes Ferraz  
Gerente-Executivo

**UNIDADE DE COMPETITIVIDADE INDUSTRIAL - COMPI**  
Maurício Otávio Mendonça Jorge  
Gerente-Executivo

**UNIDADE DE COMÉRCIO EXTERIOR – COMEX**  
José Frederico Álvares  
Gerente-Executivo

**UNIDADE DE POLÍTICA ECONÔMICA – PEC**  
Flavio Pinheiro de Castelo Branco  
Gerente-Executivo

**UNIDADE DE RELAÇÕES DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO ASSOCIATIVO – RT**  
Simone Saisse  
Gerente-Executivo

**UNIDADE DE NEGOCIAÇÕES INTERNACIONAIS – NEGINT**  
Soraya Saavedra Rosar  
Gerente-Executivo

**UNIDADE DE PESQUISA, AVALIAÇÃO E DESENVOLVIMENTO - PAD**  
Renato da Fonseca  
Gerente-Executivo

**COMITÊ DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS**  
Antonio Carlos Brito Maciel  
Superintendente Corporativo

**SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS – SSC**  
Silvio Andriotti  
Superintendente

**SUPERINTENDÊNCIA CORPORATIVA – SUCORP**  
Unidade de Comunicação Social – UNICOM  
Coordenação da Publicação

**SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS – SSC**  
Área Compartilhada de Informação e Documentação – ACIND  
Normalização

# Federações Filiadas

## **FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO ACRE – FIEAC**

João Francisco Salomão  
Presidente

## **FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE ALAGOAS – FIEA**

José Carlos Lyra Andrade  
Presidente

## **FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO AMAPÁ – FIAP**

Telma Lúcia de Azevedo Gurgel  
Presidente

## **FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO AMAZONAS – FIEAM**

José Nasser  
Presidente

## **FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DA BAHIA – FIEB**

Jorge Lins Freire  
Presidente

## **FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO CEARÁ – FIEC**

Jorge Parente Frota Júnior  
Presidente

## **FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO DISTRITO FEDERAL – FIBRA**

Antônio Rocha da Silva  
Presidente

## **FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO – FINDES**

Lucas Izoton Vieira  
Presidente

## **FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE GOIÁS – FIEG**

Paulo Afonso Ferreira  
Presidente

## **FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO MARANHÃO – FIEMA**

Jorge Machado Mendes  
Presidente

## **FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE MATO GROSSO – FIEMT**

Nereu Luis Pasini  
Presidente

## **FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL – FIEMS**

Alfredo Fernandes  
Presidente

## **FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS – FIEMG**

Robson Braga de Andrade  
Presidente

## **FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO PARÁ – FIEPA**

Jose Conrado Azevedo Santos  
Presidente

## **FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DA PARAÍBA – FIEP**

Francisco de Assis Benevides Gadelha  
Presidente

## **FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO PARANÁ – FIEP**

Rodrigo Costa da Rocha Loures  
Presidente

## **FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO – FIEPE**

Jorge Wicks Corte Real  
Presidente

## **FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO PIAUÍ – FIEPI**

Antônio José de Moraes Souza  
Presidente

## **FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE – FIERN**

Flávio José Cavalcanti de Azevedo  
Presidente

## **FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – FIERGS**

Paulo Gilberto Fernandes Tigre  
Presidente

## **FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – FIRJAN**

Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira  
Presidente

## **FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE RONDÔNIA – FIERO**

Euzébio André Guareschi  
Presidente

## **FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE RORAIMA – FIERO**

Rivaldo Fernandes Neves  
Presidente

## **FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA - FIESC**

Alcantaro Corrêa  
Presidente

## **FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - FIESP**

Paulo Antônio Skaf  
Presidente

## **FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SERGIPE - FIES**

Eduardo Prado de Oliveira  
Presidente

## **FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE TOCANTINS - FIETO**

Eduardo Machado Silva  
Presidente